DECISÃO ADMINISTRATIVA EM RECURSO

Procedimento. Concorrência Presencial nº 002/2026, Processo Administrativo nº 002/2026, vinculada ao Convênio nº 051/2025, firmado com a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA/PR).

Assunto. Recurso da TERMALE LTDA. contra a habilitação da MILANO ENGENHARIA LTDA., com contrarrazões desta.

Natureza. Decisão final de mérito da autoridade superior, proferida após o juízo de não reconsideração do Agente de Contratação (item 10.3 do edital).

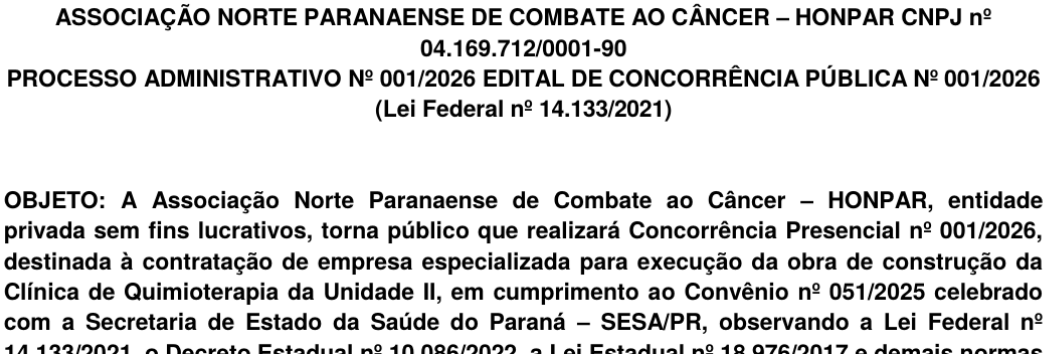
Resultado. Recurso conhecido e não provido quanto ao pedido de inabilitação. Pedido de acesso à gravação da sessão acolhido.

I. RELATÓRIO

A HONPAR é entidade privada sem fins lucrativos e conduz esta licitação na condição de convenente da SESA/PR, no âmbito do Convênio nº 051/2025. O objeto é a construção da Clínica de Quimioterapia da Unidade II, com 8.853,11 m², na Avenida Garça Boiadeira, nº 2000, em Arapongas/PR, em regime de empreitada por preço global e com julgamento pelo menor preço global (edital, págs. 1 e 3, itens 1.1 e 2.1.1).

A obra tem relevância social que convém registrar desde logo. A HONPAR é a Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer, entidade filantrópica dedicada ao tratamento oncológico de pacientes do Sistema Único de Saúde, e o Convênio nº 051/2025, firmado com a SESA/PR, destina recursos públicos à construção de uma clínica de quimioterapia que ampliará a oferta regional desse tratamento. Enquanto a unidade não existe, os pacientes com câncer de Arapongas e dos municípios vizinhos precisam se deslocar para outras cidades a fim de receber a quimioterapia, por vezes semanalmente, somando ao tratamento que já os debilita o tempo de viagem, o custo de transporte e o risco de atraso ou de abandono de ciclos cuja regularidade é determinante para o prognóstico. O certame em curso é, além disso, a reedição de procedimento anterior, e cada novo adiamento posterga a entrada em operação de um serviço que poderia estar atendendo essas pessoas a poucos quilômetros de casa. Esse é o interesse público concreto que, ao lado da legalidade e da isonomia entre as licitantes, orienta a presente decisão.

O edital consolidado juntado aos autos ainda traz, no cabeçalho, a indicação "Processo Administrativo nº 001/2026" e "Concorrência Pública nº 001/2026". O certame em curso, contudo, é a reedição do procedimento anterior, publicada como Concorrência nº 002/2026. É esse o número usado na proposta da Milano, nas declarações do seu envelope, no recurso e nas contrarrazões, que, aliás, registram expressamente a correspondência entre a "Concorrência Pública Presencial nº 002/2026" e o "Edital de Concorrência Pública nº 001/2026" (contrarrazões, pág. 1). A divergência é erro material de cabeçalho e não alterou nenhuma regra da disputa.

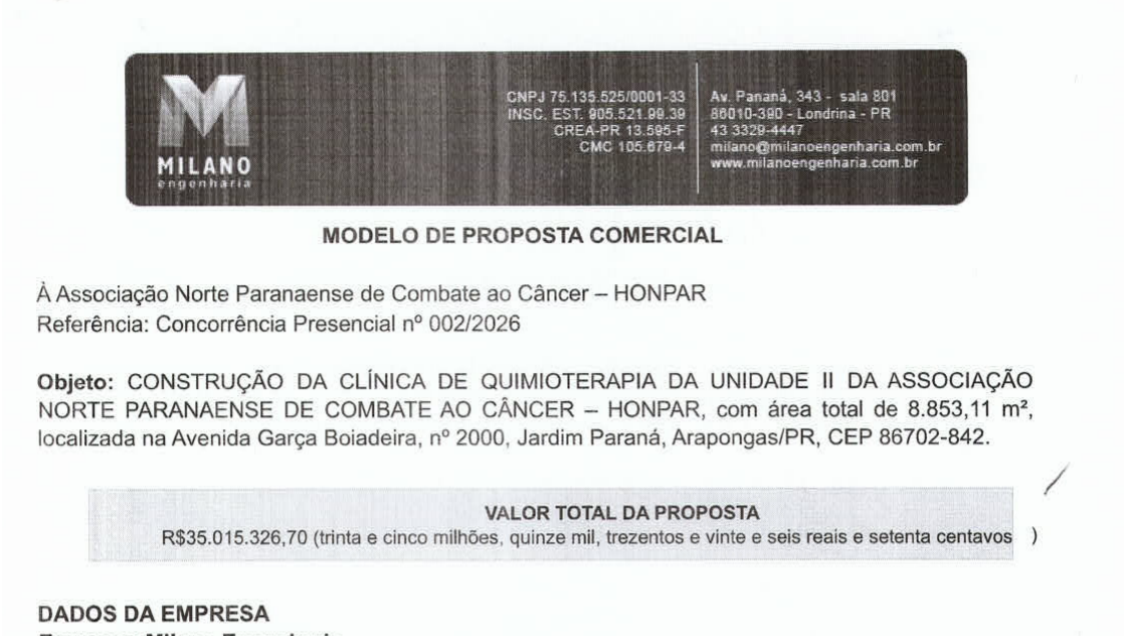


ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER – HONPAR CNPJ nº 04.169.712/0001-90
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026 EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026
(Lei Federal nº 14.133/2021)

OBJETO: A Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer – HONPAR, entidade privada sem fins lucrativos, torna público que realizará Concorrência Presencial nº 001/2026, destinada à contratação de empresa especializada para execução da obra de construção da Clínica de Quimioterapia da Unidade II, em cumprimento ao Convênio nº 051/2025 celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA/PR, observando a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Estadual nº 10.086/2022, a Lei Estadual nº 18.976/2017 e demais normas

Figura 1. Cabeçalho e objeto do edital consolidado, com a numeração 001/2026 (edital, pág. 1 do PDF). *O recorte documenta a divergência de numeração tratada como erro material nesta decisão.*

Na sessão pública de 16 de setembro de 2026, encerradas as fases de propostas e de lances, o Agente de Contratação abriu o Envelope nº 02 da Milano, examinou os documentos de habilitação e declarou a empresa habilitada. A proposta escrita da Milano foi de R$ 35.015.326,70 (Envelope nº 01, pág. 1). Segundo as contrarrazões, o lance final foi de R$ 32.450.000,00, com desconto de 10,11% sobre o valor máximo de R$ 36.098.488,18, e a Termale ficou em terceiro lugar, com R$ 35.000.000,00 (contrarrazões, pág. 2). A classificação não é objeto do recurso.



MILANO engenharia

CNPJ 75.135.525/0001-33
INSC. EST. 905.521.99.39
CREA-PR 13.595-F
CMC 105.679-4

Av. Panamá, 343 - sala 801
86010-390 - Londrina - PR
43 3329-4447
milano@milanoengenharia.com.br
www.milanoengenharia.com.br

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer – HONPAR
Referência: Concorrência Presencial nº 002/2026

Objeto: CONSTRUÇÃO DA CLÍNICA DE QUIMIOTERAPIA DA UNIDADE II DA ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER – HONPAR, com área total de 8.853,11 m², localizada na Avenida Garça Boiadeira, nº 2000, Jardim Paraná, Arapongas/PR, CEP 86702-842.

VALOR TOTAL DA PROPOSTA
R$35.015.326,70 (trinta e cinco milhões, quinze mil, trezentos e vinte e seis reais e setenta centavos)

DADOS DA EMPRESA

Figura 2. Proposta escrita da Milano, com referência à Concorrência Presencial nº 002/2026 e valor de R$ 35.015.326,70 (Envelope nº 01, pág. 1 do PDF).

A Termale recorreu com base no item 10.1 do edital e no art. 165, inciso I, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, em peça assinada digitalmente em 22 de setembro de 2026 (recurso, pág. 20). Alega que a sessão não respondeu de forma individualizada às inconsistências apontadas e que a gravação não estava no Portal da Transparência até 21/09/2026, às 17h38. No mérito, sustenta o descumprimento dos itens 9.5.1.c (instalações elétricas), 9.5.1.g (elevadores tipo maca), 9.5.1.e (climatização) e 9.5.2.a (capacidade técnico-profissional) e a inadequação da Certidão Simplificada da Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR), emitida há mais de 90 dias. Em quadro anexo, também questiona os itens 9.5.1.a, 9.5.1.b, 9.5.1.d e 9.5.2.b (recurso, págs. 19, 21 e 23). Pede a inabilitação da Milano, a disponibilização integral da gravação e, subsidiariamente, decisão motivada com parecer técnico e diligência sobre a área climatizada.

A Milano apresentou contrarrazões assinadas digitalmente em 28 de setembro de 2026, por sua advogada e por seu representante legal (contrarrazões, pág. 21). Sustenta, em síntese, que o recurso não aponta documento falso ou contraditório e pretende aplicar exigências que o edital não contém. Defende que a prova operacional das instalações elétricas está no atestado emitido em seu próprio nome e que as CATs do engenheiro eletricista atendem à parte do item que exige ART. Afirma que o item

9.5.1.e mede a área da obra, que o item 9.5.1.g admite execução "e/ou" instalação, que o edital não exige engenheiro mecânico ou químico na habilitação e que o prazo de 90 dias do item 9.3.1 não alcança a certidão simplificada. Invoca o item 28.2 do edital, os arts. 5º, 12, inciso III, e 67 da Lei nº 14.133/2021, a Súmula TCU nº 272 e os Acórdãos TCU nº 1542/2021 e nº 1923/2025, ambos do Plenário. Subsidiariamente, não se opõe a diligência junto ao Instituto de Câncer de Londrina e ao CREA-PR e pede o prosseguimento do certame (contrarrazões, págs. 2 a 21).

O Agente de Contratação manteve a decisão recorrida e encaminhou os autos a esta Presidência,na forma do item 10.3 do edital e do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

II. ADMISSIBILIDADE E REGIME APLICÁVEL

Admissibilidade do recurso. O recurso é cabível, porque impugna ato de habilitação (item 10.1, alínea "a", do edital e art. 165, inciso I, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021). A Termale participou do certame, foi classificada e pretende a revisão do resultado, o que lhe confere legitimidade e interesse. A peça é escrita e foi assinada com certificado ICP-Brasil pelo representante legal e pela advogada da empresa (recurso, pág. 20). O recurso é tempestivo, porque o prazo de 3 (três) dias úteis começou a correr com a intimação formalizada pela retificação da ata da sessão.

Contrarrazões. Segundo a recorrida, ela foi intimada da interposição do recurso por e-mail do Agente de Contratação em 23/09/2026, e o prazo de 3 (três) dias úteis transcorreu de 24/09/2026 a 28/09/2026 (contrarrazões, págs. 1 e 2). A peça foi assinada em 28/09/2026 e é recebida como tempestiva.

10. DOS RECURSOS

10.1. Os atos administrativos praticados no processo licitatório estarão sujeitos a recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, sendo cabível recurso contra: (a) ato que decida sobre a habilitação ou inabilitação; (b) julgamento das propostas; (c) anulação ou revogação da licitação; (d) extinção do contrato; (e) aplicação de penalidades.

10.2. Os demais licitantes ficam intimados, desde logo, a apresentar contrarrazões no mesmo prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do término do prazo do recorrente, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. As contrarrazões deverão ser protocoladas pelos mesmos meios previstos para a interposição do recurso.

10.3. O recurso será dirigido ao **Presidente da Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer – HONPAR**, na qualidade de autoridade superior, por intermédio do Agente de Contratação, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, mantendo-a, encaminhá-lo à autoridade superior para decisão final em igual prazo.

10.4. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Figura 3. Itens 10.1 a 10.4 do edital, que tratam do cabimento, do prazo, das contrarrazões e da competência para a decisão final (edital, pág. 14 do PDF).

O item 10.3 dirige o recurso ao Presidente da HONPAR, por intermédio do Agente de Contratação, que pode reconsiderar sua decisão ou encaminhá-la à autoridade superior.

Regime aplicável. A HONPAR é pessoa jurídica de direito privado e não integra a Administração Pública pelo simples fato de executar recursos do convênio. A Lei nº 14.133/2021 se aplica a este certame porque o próprio edital a adotou como regra do procedimento, ao lado do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e das condições do Convênio nº 051/2025 (itens 1.1, 2.3.1 e 2.3.2). Por isso, esta decisão aplica as regras do edital e, por remissão expressa dele, as normas da lei.

Critérios de julgamento. A habilitação se decide pelo que o edital efetivamente exige (art. 5º da Lei nº 14.133/2021). Esse princípio, como bem lembram as contrarrazões, opera nos dois sentidos, porque obriga a licitante a cumprir o que o edital pede e impede a Administração de exigir o que ele não pede (contrarrazões, pág. 3**). O próprio edital determina que seus documentos sejam lidos de forma sistemática e complementar (item 28.5) e que suas normas sejam interpretadas em favor da ampliação da disputa, preservados o interesse da HONPAR, a isonomia e a segurança da contratação (item 28.2)**. A lei, por sua vez, impede o afastamento de licitante por exigências meramente formais que não comprometam a aferição de sua qualificação (art. 12, inciso III) e restringe a documentação de qualificação técnica ao rol do art. 67, limitando os atestados às parcelas de maior relevância definidas pela Administração (art. 67, caput e § 1º).

No mesmo sentido, o art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 impede o afastamento de licitante por exigências meramente formais que não comprometam a aferição de sua qualificação ou a compreensão de sua proposta. O art. 67, por sua vez, delimita a documentação de qualificação técnica, restringindo, em seu § 1º, a exigência de atestados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto. A análise da habilitação deve, portanto, verificar o atendimento aos requisitos legalmente admissíveis e expressamente estabelecidos no edital, sem ampliar seu alcance por interpretação restritiva da competição.

Essa orientação se harmoniza com a jurisprudência do TCE-PR. No Acórdão nº 2.154/2026 – Tribunal Pleno, a Corte considerou desproporcional a desclassificação por vício formal sanável, sem prejuízo concreto à competição ou à seleção da proposta mais vantajosa. Já no Acórdão nº 1.053/2024 – Tribunal Pleno, ao examinar especificamente a contratação de gerenciamento de auxílio-alimentação para servidores estatutários, reconheceu que, adotado o critério de menor preço, a vantajosidade corresponde à menor taxa de administração. Assim, atendidas as exigências técnicas e de habilitação e demonstrada a exequibilidade da proposta, deve ser respeitada a classificação decorrente do critério econômico previsto no edital, sem afastar a oferta de menor valor por exigências adicionais ou formalismo excessivo.

Diligências. O art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e os itens 9.5.4 e 28.3 do edital autorizam diligências para esclarecer a instrução. Elas servem para dirimir dúvida, e não constituem etapa obrigatória. No caso, os fatos relevantes estão nos documentos do Envelope nº 02, e as divergências das partes dizem respeito, essencialmente, ao alcance das regras do edital. Por isso, esta decisão se apoia exclusivamente nos documentos apresentados até a sessão, sem juntada de documento novo.

III. FUNDAMENTAÇÃO

Antes do exame de cada item, convém fixar três conceitos, porque a maior parte da controvérsia decorre da confusão entre eles. A lei distingue a **capacidade técnico-operacional**, que é a experiência da própria empresa em obras semelhantes (art. 67, inciso II), da **capacidade técnico-profissional**, que é a experiência do engenheiro que

a empresa indica para conduzir a obra (art. 67, inciso I). Essa experiência se prova por documentos de natureza diferente. O **atestado** é a declaração do contratante de uma obra anterior sobre quem a executou e o que foi feito. A **ART**, Anotação de Responsabilidade Técnica, é o registro, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), de que determinado profissional respondeu tecnicamente por uma obra ou serviço. A **CAT**, Certidão de Acervo Técnico, é a certidão do CREA que reúne as ARTs de um profissional e, quando registrada com atestado, vincula a esse acervo a declaração do contratante.

A Resolução Confea nº 1.137/2023, que revogou a Resolução nº 1.025/2009 (art. 77), mantém essa lógica. O acervo técnico-profissional é do profissional e se forma pelas suas ARTs (arts. 45 e 47), enquanto o acervo operacional é da empresa e se forma pelas atividades que ela desenvolveu por meio de profissionais do seu quadro ou por ela contratados (art. 46). Toda ART e toda CAT são, portanto, do profissional, e não da pessoa jurídica, como observam as contrarrazões (pág. 6). Por isso, os itens 9.5.1.b e 9.5.1.c pedem atestado de pessoa jurídica "acompanhado da respectiva CAT", isto é, documentos de titulares diferentes que se completam, ao passo que os itens 9.5.1.d, 9.5.1.e, 9.5.1.f e 9.5.1.g pedem somente atestado. Nesta decisão, a experiência da Milano não é deduzida da CAT de profissional contratado depois da obra. Ela é demonstrada por atestado emitido em nome da própria empresa.

9.5. Qualificação Técnica

9.5.1. Capacidade Técnico-Operacional:

a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme a natureza das atividades a serem executadas, da região da sede da licitante.

b) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de **obra de engenharia similar ao objeto licitado**, consistente na construção, ampliação, reforma ou adequação de **Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS)** ou edificação de complexidade técnica equivalente, com área construída mínima de **4.000 m** , acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida pelo CREA e/ou CAU.

c) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de instalações elétricas compatíveis com a complexidade do objeto licitado, compreendendo sistemas de média e/ou alta tensão, quando aplicável, incluindo subestação, quadros gerais de distribuição e sistemas de alimentação elétrica redundante, em obra com área mínima de 4.000 m , acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT e da(s) ART(s) emitida(s) por engenheiro eletricista devidamente registrado no CREA. (verificar no projeto se exige media e alta tensão, se exigir apenas media tensão modificar)

d) Atestado comprovando execução de sistema de gases medicinais (O2, N2O, ar comprimido) em ambiente hospitalar;

e) Atestado comprovando execução de sistema de ar-condicionado (HVAC) em obra com área mínima de 4.000 m ;

f) Atestado comprovando execução de revestimento de piso em porcelanato em área mínima de 2.000 m .

g) Atestado(s) de capacidade técnica comprovando a execução e/ou instalação de elevadores hospitalares tipo maca, em Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS), compatíveis com as normas da RDC nº 50/2002 da ANVISA ou comprovadamente compatíveis com transporte de pacientes em macas

9.5.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, desde que demonstrada a vinculação jurídica entre ambas e observado o disposto na legislação profissional aplicável.

Figura 4. Item 9.5.1 do edital, alíneas "a" a "g", com os requisitos de capacidade técnico-operacional (edital, pág. 13 do PDF).

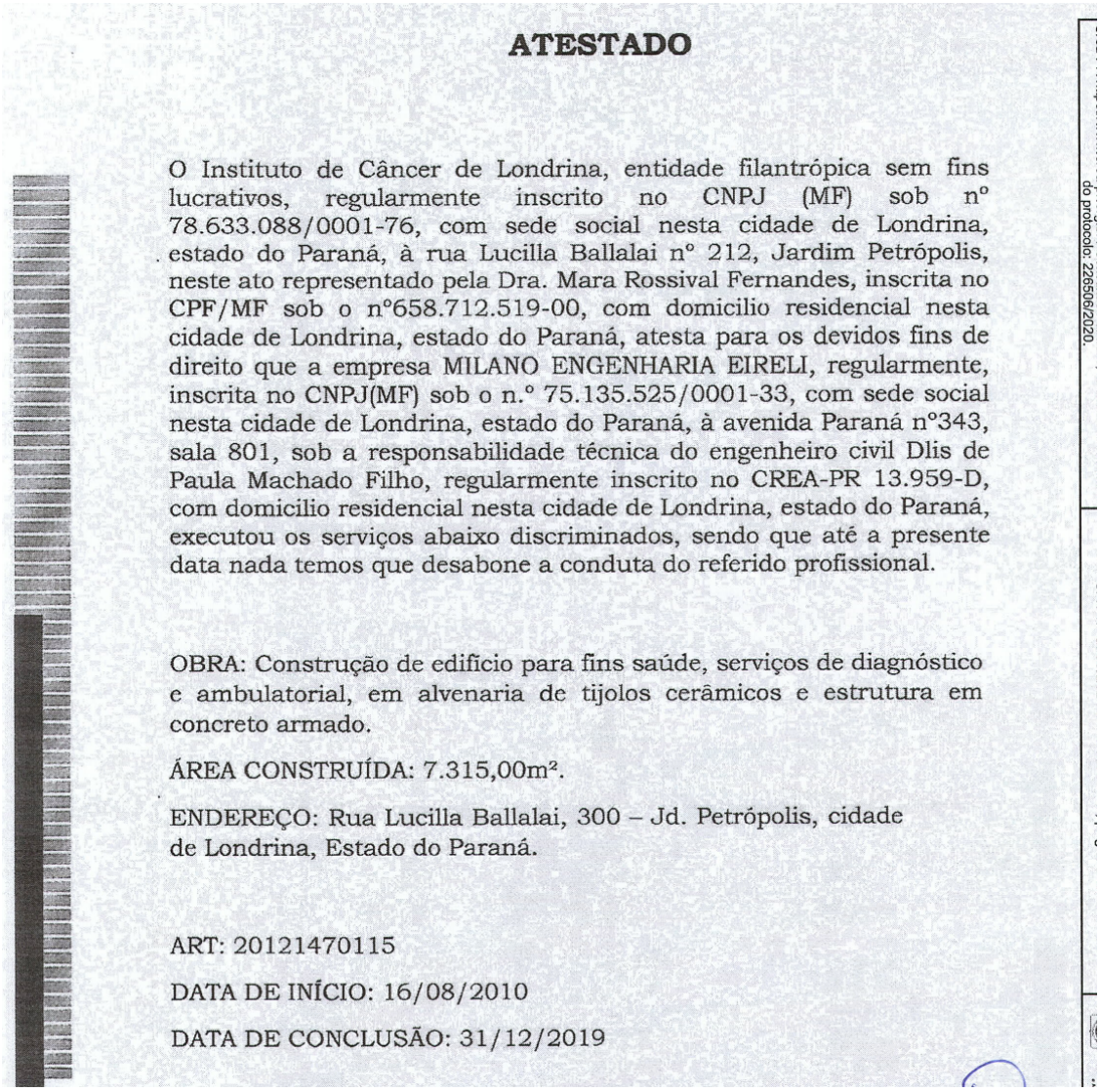
1. Obra similar em estabelecimento de saúde e piso em porcelanato (itens 9.5.1.b e 9.5.1.f)

Alegação. No quadro anexo ao recurso, a Termale classifica o item 9.5.1.b como "parcial", porque a CAT nº 5709/2020 teria sido emitida sem vinculação da empresa executora (recurso, pág. 21). O item 9.5.1.f é reconhecido como atendido.

Edital. O item 9.5.1.b exige atestado de pessoa jurídica que comprove a construção, ampliação, reforma ou adequação de Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS), com área construída mínima de 4.000 m², acompanhado da respectiva CAT. O item 9.5.1.f exige atestado de piso em porcelanato em área mínima de 2.000 m².

Documentos. O atestado do Instituto de Câncer de Londrina (ICL), de 06/08/2020, declara que "a empresa MILANO ENGENHARIA EIRELI", CNPJ nº

75.135.525/0001-33, sob a responsabilidade técnica do engenheiro civil Dlis de Paula Machado Filho, "executou os serviços abaixo discriminados" na construção de edifício para fins de saúde, com 7.315,00 m², na Rua Lucilla Ballalai, 300, em Londrina, de 16/08/2010 a 31/12/2019 (Envelope nº 02, pág. 98).



ATESTADO

O Instituto de Câncer de Londrina, entidade filantrópica sem fins lucrativos, regularmente inscrito no CNPJ (MF) sob nº 78.633.088/0001-76, com sede social nesta cidade de Londrina, estado do Paraná, à rua Lucilla Ballalai nº 212, Jardim Petrópolis, neste ato representado pela Dra. Mara Rossival Fernandes, inscrita no CPF/MF sob o nº658.712.519-00, com domicilio residencial nesta cidade de Londrina, estado do Paraná, atesta para os devidos fins de direito que a empresa MILANO ENGENHARIA EIRELI, regularmente, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 75.135.525/0001-33, com sede social nesta cidade de Londrina, estado do Paraná, à avenida Paraná nº343, sala 801, sob a responsabilidade técnica do engenheiro civil Dlis de Paula Machado Filho, regularmente inscrito no CREA-PR 13.959-D, com domicilio residencial nesta cidade de Londrina, estado do Paraná, executou os serviços abaixo discriminados, sendo que até a presente data nada temos que desabone a conduta do referido profissional.

OBRA: Construção de edifício para fins saúde, serviços de diagnóstico e ambulatorial, em alvenaria de tijolos cerâmicos e estrutura em concreto armado.

ÁREA CONSTRUÍDA: 7.315,00m².

ENDEREÇO: Rua Lucilla Ballalai, 300 – Jd. Petrópolis, cidade de Londrina, Estado do Paraná.

ART: 20121470115

DATA DE INÍCIO: 16/08/2010

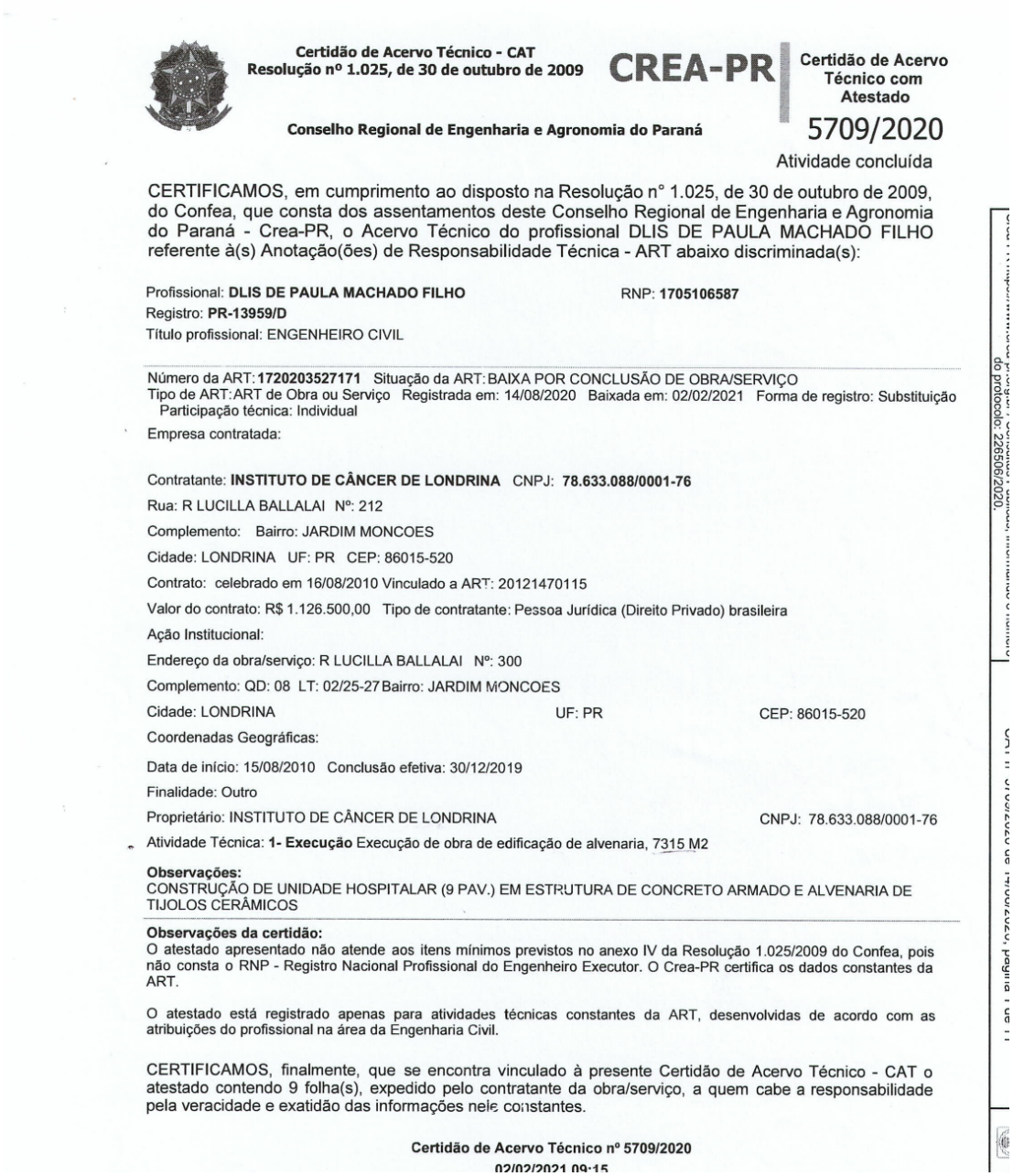
DATA DE CONCLUSÃO: 31/12/2019

do protocolo: 226506/2020.

Figura 5. Atestado do ICL em nome da Milano, com CNPJ, responsável técnico, área construída de 7.315,00 m², endereço e período da obra (Envelope nº 02, pág. 98 do PDF).

O atestado está registrado na CAT nº 5709/2020, que certifica a ART nº 1720203527171, vinculada à ART nº 20121470115, relativa à "construção de unidade hospitalar (9 pav.)" com 7.315 m² (págs. 96 e 97). O Laudo Técnico de Constatação de 07/08/2020 confirma que a edificação foi executada pela Milano (pág. 3), e a ART desse laudo, nº 1720203370418, tem a própria Milano como contratante (pág. 9). As

certidões do CREA-PR mostram que o Eng. Dlis é responsável técnico da Milano desde 23/05/1996, portanto durante toda a obra (págs. 1 e 107). No mesmo atestado, o piso em porcelanato soma 4.226,87 m² (pág. 100), dado confirmado pelo laudo (pág. 5).



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

5709/2020

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional DLIS DE PAULA MACHADO FILHO referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **DLIS DE PAULA MACHADO FILHO** RNP: **1705106587**
Registro: **PR-13959/D**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **1720203527171** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 14/08/2020 Baixada em: 02/02/2021 Forma de registro: Substituição
Participação técnica: Individual
Empresa contratada:

Contratante: **INSTITUTO DE CÂNCER DE LONDRINA** CNPJ: **78.633.088/0001-76**
Rua: R LUCILLA BALLALAI Nº: 212
Complemento: Bairro: JARDIM MONCOES
Cidade: LONDRINA UF: PR CEP: 86015-520
Contrato: celebrado em 16/08/2010 Vinculado a ART: 20121470115
Valor do contrato: R$ 1.126.500,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira
Ação Institucional:
Endereço da obra/serviço: R LUCILLA BALLALAI Nº: 300
Complemento: QD: 08 LT: 02/25-27 Bairro: JARDIM MONCOES
Cidade: LONDRINA UF: PR CEP: 86015-520
Coordenadas Geográficas:
Data de início: 15/08/2010 Conclusão efetiva: 30/12/2019
Finalidade: Outro
Proprietário: INSTITUTO DE CÂNCER DE LONDRINA CNPJ: 78.633.088/0001-76
Atividade Técnica: **1- Execução** Execução de obra de edificação de alvenaria, 7315 M2

Observações:
CONSTRUÇÃO DE UNIDADE HOSPITALAR (9 PAV.) EM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO E ALVENARIA DE TIJOLOS CERÂMICOS

Observações da certidão:
O atestado apresentado não atende aos itens mínimos previstos no anexo IV da Resolução 1.025/2009 do Confea, pois não consta o RNP - Registro Nacional Profissional do Engenheiro Executor. O Crea-PR certifica os dados constantes da ART.

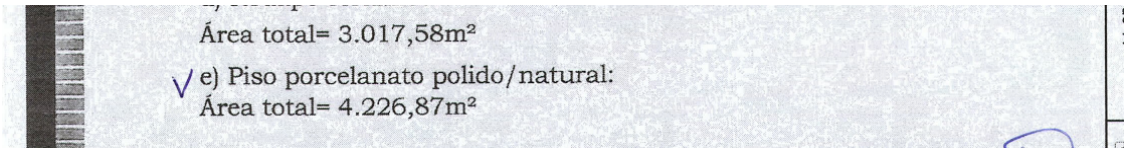
O atestado está registrado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da Engenharia Civil.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 9 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 5709/2020
02/02/2021 09:15

Impresso pelo SGC em 02/02/2021 às 09:15 do protocolo: 2265062020.

Figura 6. CAT nº 5709/2020, do Eng. Dlis de Paula Machado Filho, com a ART nº 1720203527171, a área de 7.315 m² e as observações do CREA-PR (Envelope nº 02, pág. 96 do PDF).



Área total= 3.017,58m²

e) Piso porcelanato polido/natural:
Área total= 4.226,87m²

Figura 7. Piso em porcelanato polido e natural, com área total de 4.226,87 m² (Envelope nº 02, pág. 100 do PDF).

Contrarrazões. A recorrida observa que as ressalvas do CREA-PR na CAT nº 5709/2020 se referem ao acervo do profissional e não retiram do atestado o valor de prova da experiência da empresa, que decorre da declaração do contratante (contrarrazões, págs. 5 e 6). O argumento procede. As contrarrazões afirmam, em outro trecho, que a obra teria sido executada "a partir de 2017" (pág. 9), mas o atestado indica o período de 16/08/2010 a 31/12/2019, que é o adotado nesta decisão.

Resultado. Os documentos se completam exatamente como o item exige. A execução pela Milano é declarada pelo contratante, e a CAT é do engenheiro que era seu responsável técnico. O campo "empresa contratada" em branco na ART não se sobrepõe à declaração expressa do dono da obra, e o edital não exige a Certidão de Acervo Operacional prevista no art. 53 da Resolução Confea nº 1.137/2023. A transformação da Milano Engenharia EIRELI em sociedade limitada não alterou a pessoa jurídica, que mantém o mesmo CNPJ (págs. 46 e 54), por força do art. 41 da Lei nº 14.195/2021. A área de 7.315 m² supera em mais de 80% o mínimo exigido. **Os itens 9.5.1.b e 9.5.1.f estão atendidos.**

2. Instalações elétricas e leitura conjunta dos documentos (item 9.5.1.c)

Alegação. A Termale sustenta que a CAT nº 1720260004543 indica área de 2.354,59 m², inferior ao mínimo, e está em nome do profissional, sem identificar a Milano como executora, e que a CAT nº 1720230001743 aponta a Tekenge Engenharia e Construções Ltda. como contratada. Conclui que nenhum documento comprova o item (recurso, págs. 4 a 7).

Edital. O item 9.5.1.c exige atestado de pessoa jurídica que comprove "a execução de instalações elétricas compatíveis com a complexidade do objeto licitado, compreendendo sistemas de média e/ou alta tensão, quando aplicável, incluindo subestação, quadros gerais de distribuição e sistemas de alimentação elétrica redundante, em obra com área mínima de 4.000 m²", acompanhado da respectiva CAT e da ART emitida por engenheiro eletricista. São três peças com funções próprias, o atestado da empresa, a CAT correspondente e a ART do eletricista. O texto publicado conserva, ao final, a anotação "verificar no projeto se exige media e alta tensão, se exigir

apenas media tensão modificar", que não altera o requisito, pois este já admite "média e/ou alta tensão, quando aplicável" (edital, pág. 13).

Documentos em nome da Milano. A prova da capacidade da empresa está no atestado do ICL emitido em seu próprio nome, que o recurso deixou de considerar. No título "Instalações", esse atestado relaciona, entre os serviços executados pela Milano na obra de 7.315 m², a cabine blindada de entrada, medição e proteção, os transformadores de pedestal de 750 kVA e de 500 kVA, a cabina interna que abriga o quadro QPG-1, com disjuntor de 2.000 A, dois quadros de proteção e distribuição geral, com disjuntores de 1.200 A e de 1.250 A, e as instalações elétricas comuns e estabilizadas (Envelope nº 02, págs. 102 e 103). As mesmas quantidades constam do laudo técnico (pág. 6). A potência de "1,25 KVA" indicada para a cabine de entrada é erro material evidente, pois a entrada que alimenta transformadores de 750 kVA e 500 kVA corresponde aos 1.250 kVA registrados na ART do eletricista (pág. 44).

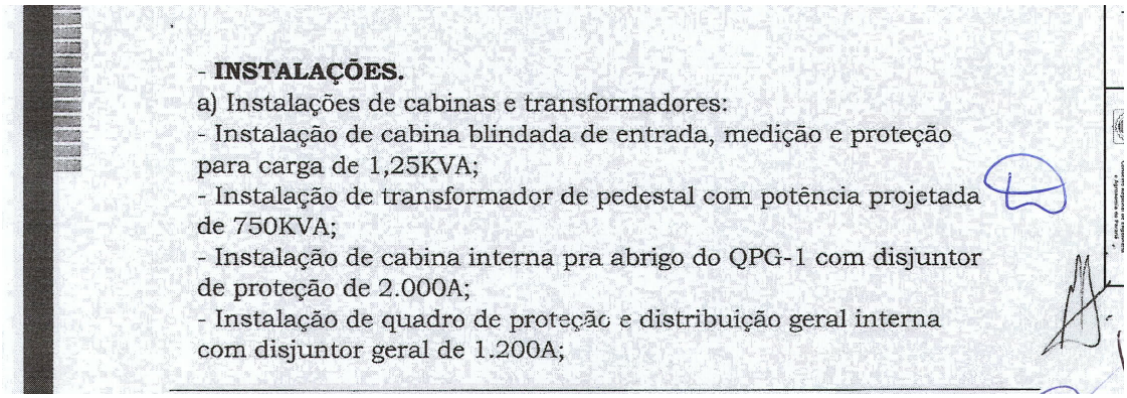
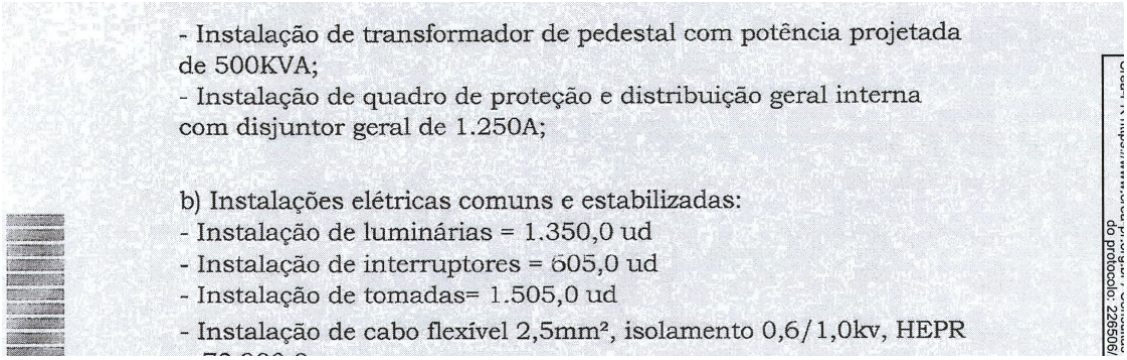

- **INSTALAÇÕES.**
a) Instalações de cabinas e transformadores:
- Instalação de cabina blindada de entrada, medição e proteção para carga de 1,25KVA;
- Instalação de transformador de pedestal com potência projetada de 750KVA;
- Instalação de cabina interna pra abrigo do QPG-1 com disjuntor de proteção de 2.000A;
- Instalação de quadro de proteção e distribuição geral interna com disjuntor geral de 1.200A;

Figura 8. Atestado do ICL em nome da Milano, título "Instalações", com cabine de entrada, transformador de 750 kVA, cabina do QPG-1 e quadro geral de 1.200 A (Envelope nº 02, pág. 102 do PDF).

O recorte demonstra a subestação e os quadros gerais na obra atestada à Milano.

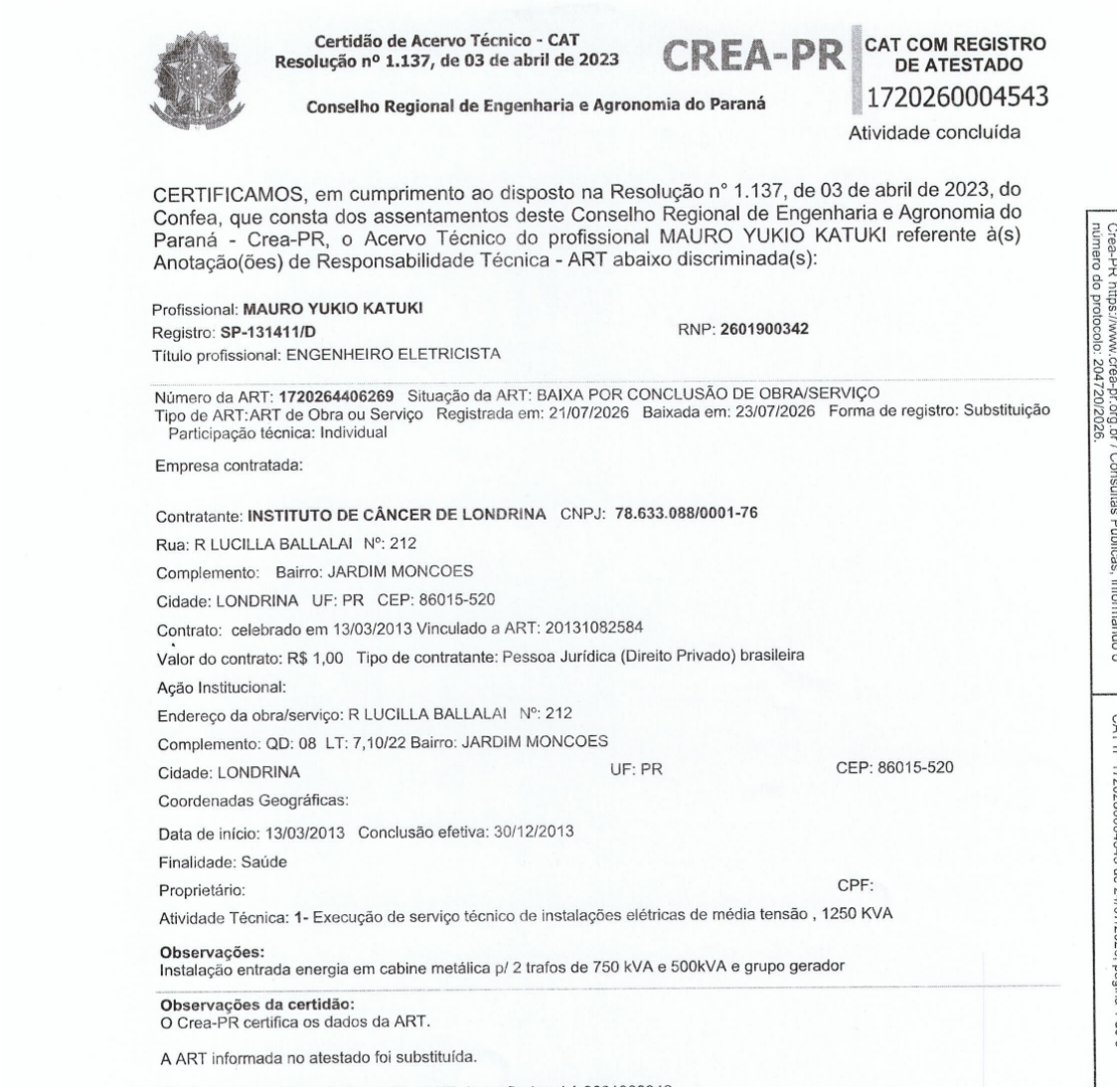

- Instalação de transformador de pedestal com potência projetada de 500KVA;
- Instalação de quadro de proteção e distribuição geral interna com disjuntor geral de 1.250A;

b) Instalações elétricas comuns e estabilizadas:
- Instalação de luminárias = 1.350,0 ud
- Instalação de interruptores = 605,0 ud
- Instalação de tomadas= 1.505,0 ud
- Instalação de cabo flexível 2,5mm², isolamento 0,6/1,0kv, HEPR

Figura 9. Continuação do mesmo título, com transformador de 500 kVA, quadro geral de 1.250 A e instalações elétricas comuns e estabilizadas (Envelope nº 02, pág. 103 do PDF).

Os dois ramais de transformação e os circuitos estabilizados integram a mesma instalação.

ART do engenheiro eletricista. A parte final do item é atendida pela CAT nº 1720260004543, que certifica a ART nº 1720264406269, substitutiva da ART nº 20131082584, pela qual o engenheiro eletricista Mauro Yukio Katuki respondeu por instalações elétricas de média tensão de 1.250 kVA, com entrada em cabine metálica para dois transformadores, de 750 kVA e de 500 kVA, e grupo gerador, entre 13/03/2013 e 30/12/2013 (págs. 40 a 44). A ART original de 2013 indica como local da obra a Rua Lucilla Ballalai, 300, em Londrina, endereço do edifício de 7.315 m² construído pela Milano (págs. 44 e 98), descreve os mesmos equipamentos relacionados no atestado da empresa e se situa no período em que a Milano executava a obra.



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1720260004543
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.137, de 03 de abril de 2023, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional MAURO YUKIO KATUKI referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MAURO YUKIO KATUKI**
Registro: **SP-131411/D** RNP: **2601900342**
Título profissional: ENGENHEIRO ELETRICISTA

Número da ART: **1720264406269** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART:ART de Obra ou Serviço Registrada em: 21/07/2026 Baixada em: 23/07/2026 Forma de registro: Substituição
Participação técnica: Individual

Empresa contratada:

Contratante: **INSTITUTO DE CÂNCER DE LONDRINA** CNPJ: **78.633.088/0001-76**
Rua: R LUCILLA BALLALAI Nº: 212
Complemento: Bairro: JARDIM MONCOES
Cidade: LONDRINA UF: PR CEP: 86015-520
Contrato: celebrado em 13/03/2013 Vinculado a ART: 20131082584
Valor do contrato: R$ 1,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira
Ação Institucional:
Endereço da obra/serviço: R LUCILLA BALLALAI Nº: 212
Complemento: QD: 08 LT: 7,10/22 Bairro: JARDIM MONCOES
Cidade: LONDRINA UF: PR CEP: 86015-520
Coordenadas Geográficas:
Data de início: 13/03/2013 Conclusão efetiva: 30/12/2013
Finalidade: Saúde
Proprietário: CPF:
Atividade Técnica: **1-** Execução de serviço técnico de instalações elétricas de média tensão , 1250 KVA

Observações:
Instalação entrada energia em cabine metálica p/ 2 trafos de 750 kVA e 500kVA e grupo gerador

Observações da certidão:
O Crea-PR certifica os dados da ART.

A ART informada no atestado foi substituída.

Crea-PR https://www.crea-pr.org.br/ Consultas Públicas; Informações o número do protocolo: 20472026.

Figura 10. CAT nº 1720260004543, do engenheiro eletricista Mauro Yukio Katuki, com a ART nº 1720264406269 e a atividade de instalações elétricas de média tensão de 1.250 kVA (Envelope nº 02, pág. 40 do PDF).

A CAT integra o acervo pessoal do profissional e é examinada nesta decisão na função que o item lhe atribui, a de comprovar a ART de engenheiro eletricista.



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra
1ª VIA - PROFISSIONAL

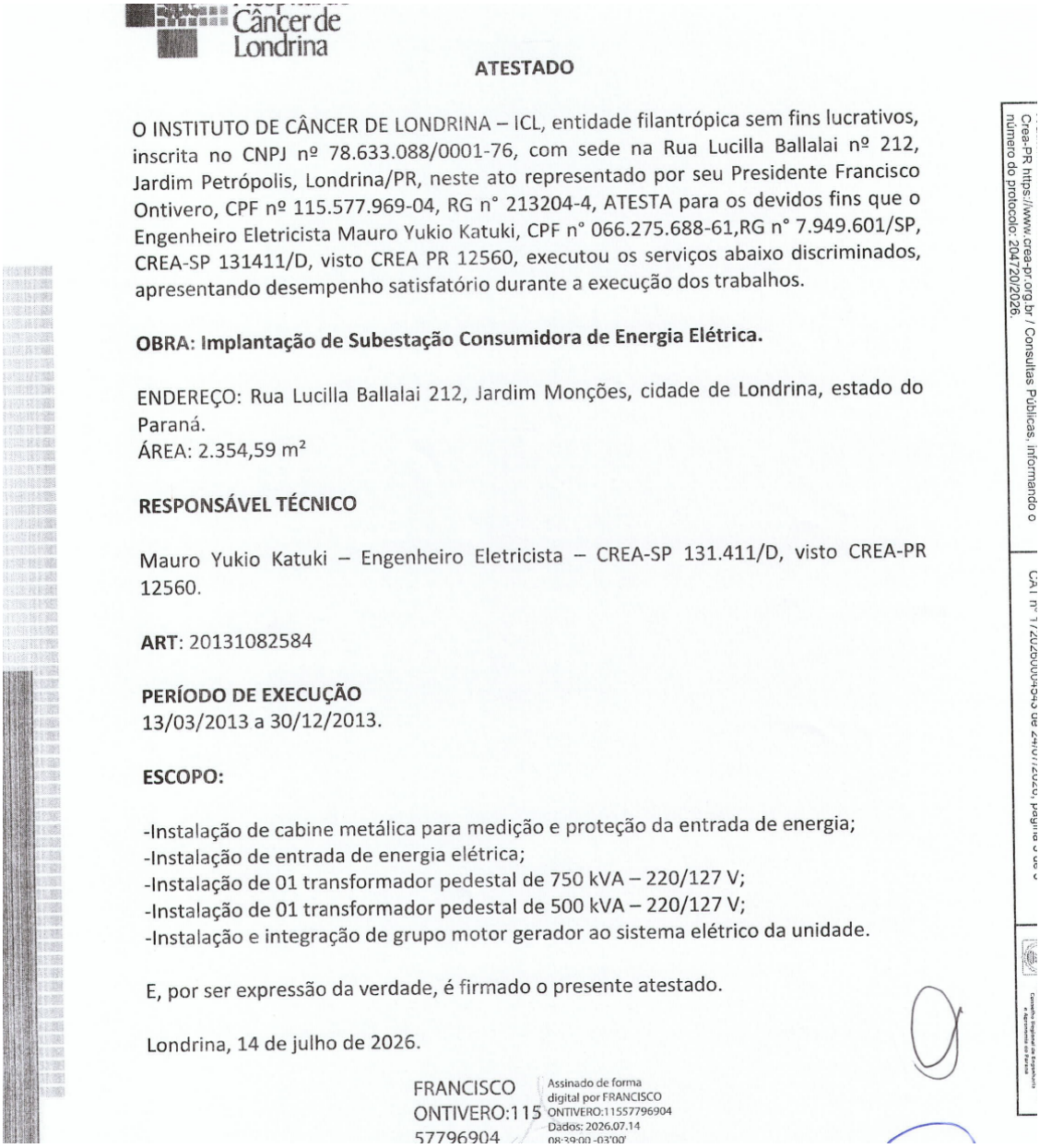
ART Nº 20131082584
Obra ou Serviço Técnico
ART Principal

Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: MAURO YUKIO KATUKI (CPF:066.275.688-61)
Nº Carteira: SP-131411/D
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO ELETRICISTA.
Nº Visto Crea: 12560
Empresa contratada:
Nº Registro:
Contratante: INSTITUTO DE CÂNCER DE LONDRINA
CPF/CNPJ: 78.633.088/0001-76
Endereço:R LUCILLA BALLALAI 212 JARDIM MONCOES
CEP: 86015520 LONDRINA PR Fone: 3379.2615
Local da Obra: R LUCILLA BALLALAI 300
Quadra:08 Lote:7,10/22
JARDIM MONCOES - LONDRINA PR
CEP: 86015520
Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Dimensão 1250 KVA
Ativ. Técnica 11 EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO
Área de Comp. 2109 SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM ELETRICIDADE
Tipo Obra/Serv 642 SUBSTAÇÃO DO CONSUMIDOR
Serviços contratados 050 EXECUÇÃO
Dados Compl. 0
Guia N
ART Nº 20131082584
Data Início 13/03/2013
Data Conclusão 30/12/2013
Vlr Obra R$ 1,00 Vlr Contrato R$ 1,00 Vlr Taxa R$ 50,00 Entidade de Classe 401
Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO
Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc
INSTALAÇÃO DA ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DE CABINE METÁLICA PARA MEDIÇÃO E PROTEÇÃO PARA ATENDER DOIS TRANSFORMADORES PEDESTAIS SENDO UM DE 750KVA-220/127V E OUTRO DE 500KVA-220/127V, E GRUPO MOTOR GERADOR
Insp.: 4410
08/04/2013
CreaWeb 1.08
Assinatura do Contratante
Assinatura do Profissional
1ª VIA - PROFISSIONAL Destina-se ao arquivo do Profissional / Empresa.

Figura 11. ART original nº 20131082584, de 2013, com local da obra na Rua Lucilla Ballalai, 300, subestação do consumidor de 1.250 kVA, dois transformadores de 750 kVA e 500 kVA e grupo motor gerador (Envelope nº 02, pág. 44 do PDF).

O endereço, a potência e os equipamentos coincidem com os do edifício executado pela Milano.



Câncer de Londrina

ATESTADO

O INSTITUTO DE CÂNCER DE LONDRINA – ICL, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 78.633.088/0001-76, com sede na Rua Lucilla Ballalai nº 212, Jardim Petrópolis, Londrina/PR, neste ato representado por seu Presidente Francisco Ontivero, CPF nº 115.577.969-04, RG n° 213204-4, ATESTA para os devidos fins que o Engenheiro Eletricista Mauro Yukio Katuki, CPF n° 066.275.688-61,RG n° 7.949.601/SP, CREA-SP 131411/D, visto CREA PR 12560, executou os serviços abaixo discriminados, apresentando desempenho satisfatório durante a execução dos trabalhos.

OBRA: Implantação de Subestação Consumidora de Energia Elétrica.

ENDEREÇO: Rua Lucilla Ballalai 212, Jardim Monções, cidade de Londrina, estado do Paraná.
ÁREA: 2.354,59 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Mauro Yukio Katuki – Engenheiro Eletricista – CREA-SP 131.411/D, visto CREA-PR 12560.

ART: 20131082584

PERÍODO DE EXECUÇÃO
13/03/2013 a 30/12/2013.

ESCOPO:

-Instalação de cabine metálica para medição e proteção da entrada de energia;
-Instalação de entrada de energia elétrica;
-Instalação de 01 transformador pedestal de 750 kVA – 220/127 V;
-Instalação de 01 transformador pedestal de 500 kVA – 220/127 V;
-Instalação e integração de grupo motor gerador ao sistema elétrico da unidade.

E, por ser expressão da verdade, é firmado o presente atestado.

Londrina, 14 de julho de 2026.

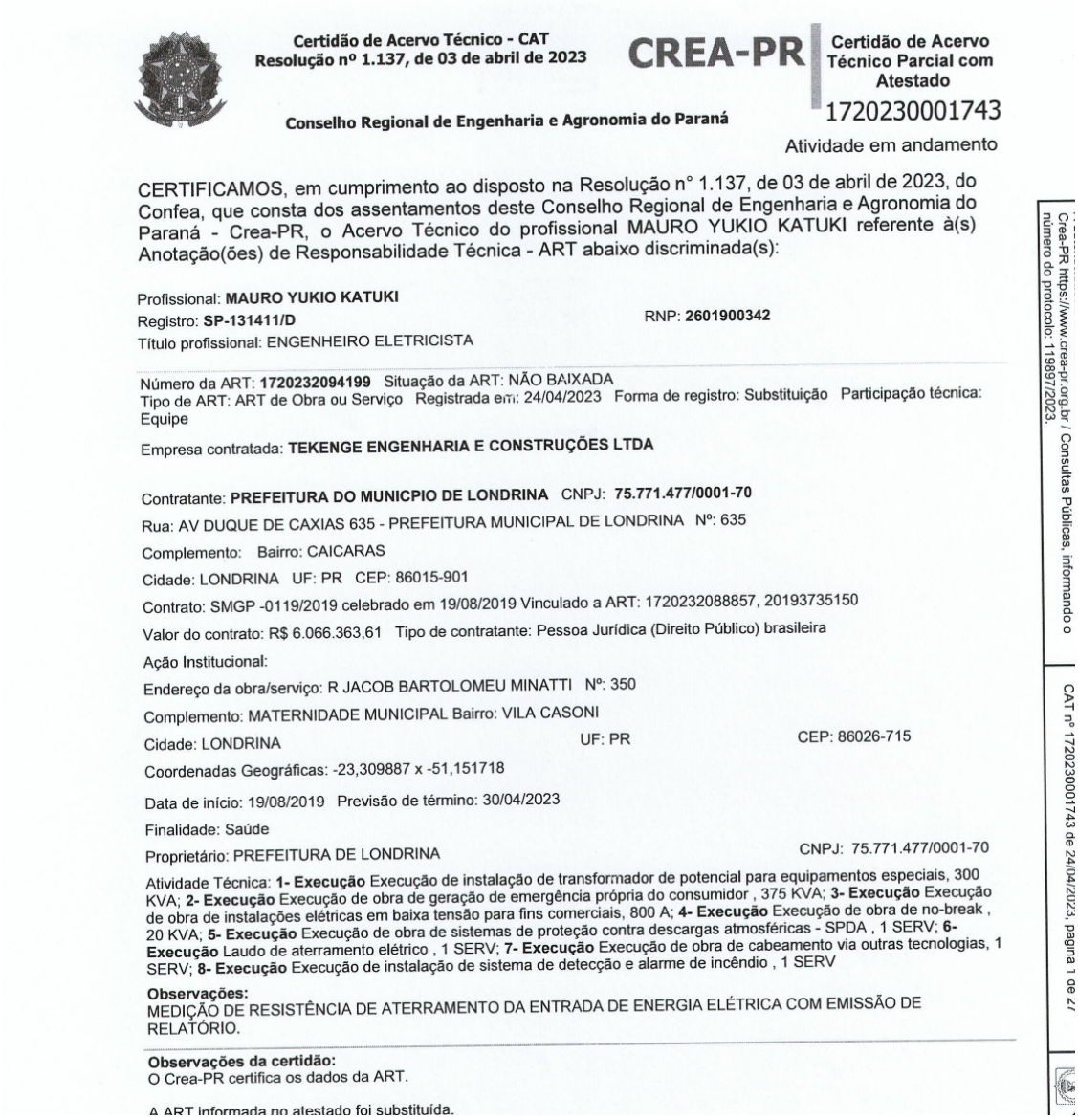
FRANCISCO ONTIVERO:11557796904
Assinado de forma digital por FRANCISCO ONTIVERO:11557796904
Dados: 2026.07.14 08:39:00 -03'00'

Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 20472O/2026.

Figura 12. Atestado do ICL em favor do Eng. Mauro Yukio Katuki, de 14/07/2026, com a indicação "área 2.354,59 m²", período de 2013 e escopo da subestação, incluindo grupo motor gerador (Envelope nº 02, pág. 42 do PDF).

O documento é do profissional e não é a prova da capacidade operacional da Milano.

CAT nº 1720230001743. Quanto a este documento, a recorrente tem razão. Ele identifica a Tekenge como contratada na ampliação e reforma da Maternidade Municipal Lucilla Ballalai, obra de 3.348,20 m² ainda em andamento (págs. 10 a 12). Por isso, não é utilizado para medir a experiência da Milano. Integra apenas o acervo pessoal do Eng. Mauro, e a apresentação de documento excedente não prejudica a licitante.



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

CREA-PR

Certidão de Acervo Técnico Parcial com Atestado

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

1720230001743

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.137, de 03 de abril de 2023, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional MAURO YUKIO KATUKI referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MAURO YUKIO KATUKI**
Registro: **SP-131411/D** RNP: **2601900342**
Título profissional: ENGENHEIRO ELETRICISTA

Número da ART: **1720232094199** Situação da ART: NÃO BAIXADA
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 24/04/2023 Forma de registro: Substituição Participação técnica: Equipe

Empresa contratada: **TEKENGE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**

Contratante: **PREFEITURA DO MUNICPIO DE LONDRINA** CNPJ: **75.771.477/0001-70**
Rua: AV DUQUE DE CAXIAS 635 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA Nº: 635
Complemento: Bairro: CAICARAS
Cidade: LONDRINA UF: PR CEP: 86015-901
Contrato: SMGP -0119/2019 celebrado em 19/08/2019 Vinculado a ART: 1720232088857, 20193735150
Valor do contrato: R$ 6.066.363,61 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira
Ação Institucional:
Endereço da obra/serviço: R JACOB BARTOLOMEU MINATTI Nº: 350
Complemento: MATERNIDADE MUNICIPAL Bairro: VILA CASONI
Cidade: LONDRINA UF: PR CEP: 86026-715
Coordenadas Geográficas: -23,309887 x -51,151718
Data de início: 19/08/2019 Previsão de término: 30/04/2023
Finalidade: Saúde
Proprietário: PREFEITURA DE LONDRINA CNPJ: 75.771.477/0001-70

Atividade Técnica: **1- Execução** Execução de instalação de transformador de potencial para equipamentos especiais, 300 KVA; **2- Execução** Execução de obra de geração de emergência própria do consumidor , 375 KVA; **3- Execução** Execução de obra de instalações elétricas em baixa tensão para fins comerciais, 800 A; **4- Execução** Execução de obra de no-break , 20 KVA; **5- Execução** Execução de obra de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA , 1 SERV; **6- Execução** Laudo de aterramento elétrico , 1 SERV; **7- Execução** Execução de obra de cabeamento via outras tecnologias, 1 SERV; **8- Execução** Execução de instalação de sistema de detecção e alarme de incêndio , 1 SERV

Observações:
MEDIÇÃO DE RESISTÊNCIA DE ATERRAMENTO DA ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA COM EMISSÃO DE RELATÓRIO.

Observações da certidão:
O Crea-PR certifica os dados da ART.

A ART informada no atestado foi substituída.

Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 119897/2023.

CAT nº 1720230001743 de 24/04/2023, pagina 1 de 4

Figura 13. CAT nº 1720230001743, com a Tekenge Engenharia e Construções Ltda. indicada como empresa contratada e atividade em andamento (Envelope nº 02, pág. 10 do PDF).

Documento excedente, não considerado para a capacidade operacional da Milano.

Contrarrazões. A recorrida acerta ao distinguir a prova operacional, que está no atestado em seu nome, da ART de eletricista, que é necessariamente do profissional, e ao afirmar que o item só pode ser cumprido pela conjugação desses documentos (contrarrazões, págs. 5 a 7). Também procede a referência ao entendimento do Tribunal de Contas da União de que o CREA não emite CAT em nome de pessoa jurídica (Acórdão nº 1542/2021, Plenário, invocado à pág. 6). Três argumentos das contrarrazões, porém, não são acolhidos. O primeiro é a transcrição do item 9.5.1.c com redação que não consta do edital, que menciona instalações "de baixa e média tensão

em edificações com área igual ou superior a 4.000 m²" (pág. 7). Esta decisão adota o texto efetivamente publicado. O segundo é a soma das áreas das duas CATs do Eng. Mauro, 2.354,59 m² e 1.766,41 m², para alcançar 4.121,00 m² (págs. 7 e 8). O item exige instalações executadas "em obra com área mínima de 4.000 m²", e uma das parcelas corresponde a obra executada por outra empresa. O terceiro é a afirmação de que a ata registrou conclusão da Comissão sobre a CAT nº 1720260004543 (pág. 9), que esta decisão não utiliza.

Resultado. O conjunto documental atende a cada elemento do item. Há instalação de média tensão com subestação, formada pela cabine de entrada, medição e proteção e por dois transformadores. Há quadros gerais de distribuição, o QPG-1 e os quadros de 1.200 A e de 1.250 A. Há alimentação redundante, representada por dois ramais independentes de transformação e por circuitos estabilizados, complementados pelo grupo gerador integrado ao sistema elétrico da unidade (págs. 42 a 44). A metragem também está satisfeita, porque a expressão "em obra com área mínima de 4.000 m²" qualifica a obra em que as instalações foram executadas, e não a área de uma instalação específica, que o edital não define nem manda medir. A obra tem 7.315 m². A área de 2.354,59 m² consta de documento do profissional e não interfere na conclusão. O atestado da Milano está registrado na CAT nº 5709/2020, e a ART de engenheiro eletricista pela mesma subestação está nos autos. O edital não exige que a ART do eletricista tenha sido emitida em nome da licitante, e essa condição não pode ser acrescentada ao texto do item. **O item 9.5.1.c está atendido.**

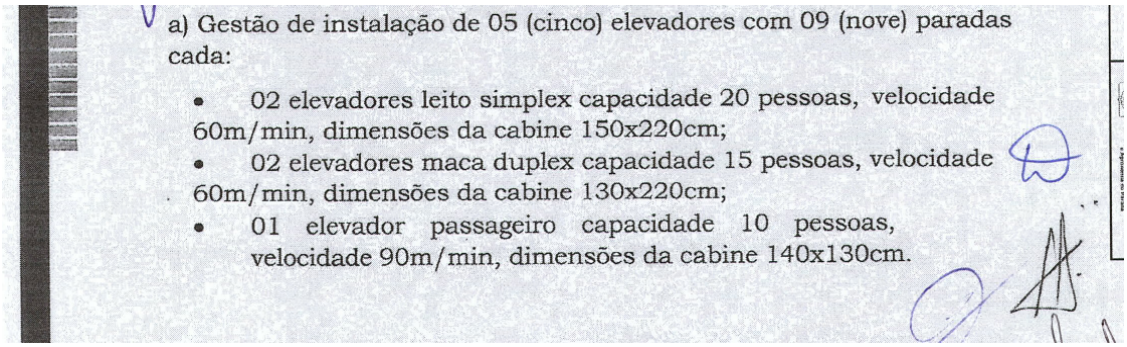
3. Gestão da instalação de elevadores (item 9.5.1.g)

Alegação. A Termale sustenta que o atestado registra apenas "gestão de instalação" dos elevadores, atividade que a Resolução Confea nº 1.073/2016 e a Decisão Normativa Confea nº 36/1991 distinguiriam da execução e da instalação (recurso, págs. 7 a 10). No quadro anexo, indica ainda a quantidade "maior que 2" (recurso, pág. 21).

Edital. O item 9.5.1.g exige atestado que comprove "a execução e/ou instalação de elevadores hospitalares tipo maca, em Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS), compatíveis com as normas da RDC nº 50/2002 da ANVISA ou

comprovadamente compatíveis com transporte de pacientes em macas". O item não exige CAT nem quantidade mínima.

Documentos. No preâmbulo do atestado, o ICL declara que a Milano "executou os serviços abaixo discriminados" (pág. 98). Entre esses serviços, sob o título "Elevadores", consta a "gestão de instalação de 05 (cinco) elevadores com 09 (nove) paradas cada", sendo dois elevadores de leito simplex para 20 pessoas, com cabine de 150 x 220 cm, dois elevadores de maca duplex para 15 pessoas, com cabine de 130 x 220 cm, e um elevador de passageiros (pág. 105). O laudo técnico registra o mesmo item (pág. 8).


a) Gestão de instalação de 05 (cinco) elevadores com 09 (nove) paradas cada:

- 02 elevadores leito simplex capacidade 20 pessoas, velocidade 60m/min, dimensões da cabine 150x220cm;
- 02 elevadores maca duplex capacidade 15 pessoas, velocidade 60m/min, dimensões da cabine 130x220cm;
- 01 elevador passageiro capacidade 10 pessoas, velocidade 90m/min, dimensões da cabine 140x130cm.

Figura 14. Atestado do ICL em nome da Milano, título "Elevadores", com a gestão de instalação de cinco elevadores, entre eles dois de maca duplex com cabine de 130 x 220 cm (Envelope nº 02, pág. 105 do PDF).

O serviço consta da relação daqueles que o contratante declarou executados pela Milano.

Contrarrazões. A recorrida sustenta que, em obra hospitalar contratada por empreitada, a execução do sistema de transporte vertical pela construtora consiste em executar poço, casa de máquinas, frentes e alimentação elétrica, compatibilizar o projeto e coordenar a montagem, que é feita pelo fabricante. Acrescenta que a atividade registrada na CAT nº 5709/2020 é a execução da obra de edificação como um todo, e invoca o Acórdão TCU nº 1923/2025, do Plenário, relativo à construção de hospital, em que o Tribunal considerou irregular inabilitar licitante por não possuir atestado próprio de instalação de elevadores, atividade executada, em regra, pelos fabricantes (contrarrazões, págs. 9 a 13). A menção a documentação do fabricante dos elevadores do ICL (pág. 11) não é considerada, porque esse documento não integra o envelope.

Resultado. A questão é saber se a gestão da instalação, declarada pelo contratante como serviço executado pela construtora, atende à expressão "execução e/ou instalação". A resposta é afirmativa por três razões. A primeira é textual. A conjunção "e/ou" torna as hipóteses alternativas, e o item não exige montagem eletromecânica com equipe própria. A segunda é a realidade da obra. A montagem eletromecânica dos elevadores é feita pelo fabricante ou por empresa por ele credenciada, e cabe à construtora executar as estruturas e instalações de suporte, integrar o equipamento aos demais sistemas e coordenar a montagem. A expressão "gestão de instalação" descreve o modo pelo qual a construtora executou essa parte da empreitada. A terceira é a proteção da competição. Ler o item como exigência de que a construtora tenha atuado como fabricante ou montadora restringiria indevidamente a disputa (art. 9º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021), contrariaria o item 28.2 do edital e reproduziria a barreira afastada pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1923/2025.

As normas do Confea invocadas pela recorrente tratam das atividades e atribuições dos profissionais e do registro de ART. Não regulam a experiência operacional de uma construtora nem foram adotadas pelo edital como critério de habilitação. A quantidade "maior que 2" não consta do edital. Quanto à natureza dos equipamentos, os elevadores foram instalados em edifício de saúde, e quatro deles são designados como de leito e de maca, com cabines de 150 x 220 cm e de 130 x 220 cm, o que os torna compatíveis com o transporte de pacientes em macas, hipótese expressamente admitida pela parte final do item. **O item 9.5.1.g está atendido.**

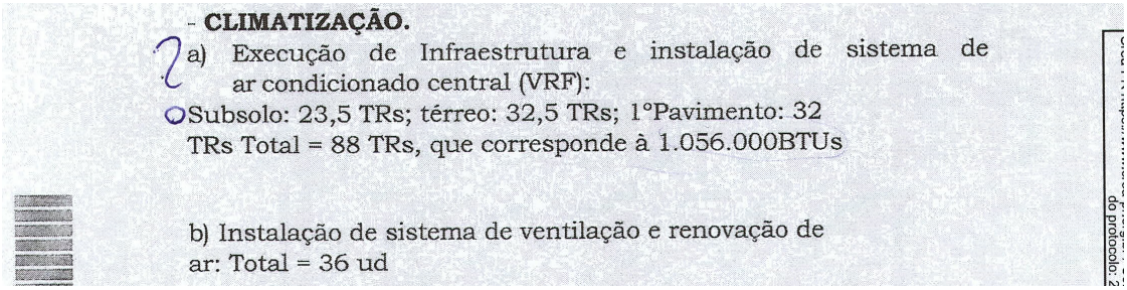
4. Climatização, área da obra e área climatizada (item 9.5.1.e)

Alegação. Para a Termale, os 7.315 m² correspondem à área total do edifício, e não à área atendida pelo sistema de climatização, que o atestado registra apenas no subsolo, no térreo e no primeiro pavimento. Acrescenta que não houve instalação de Unidades de Tratamento de Ar (UTAs) e pede, subsidiariamente, diligência para apurar a área climatizada (recurso, págs. 10 a 13).

Edital. O item 9.5.1.e exige "atestado comprovando execução de sistema de ar-condicionado (HVAC) em obra com área mínima de 4.000 m²". A sigla HVAC designa

os sistemas de aquecimento, ventilação e ar-condicionado. O item não fixa capacidade mínima, número de pavimentos atendidos, tipo de equipamento nem área climatizada.

Documentos. O atestado registra a execução de infraestrutura e a instalação de sistema central de ar-condicionado do tipo VRF (fluxo de refrigerante variável), com 23,5 TR no subsolo, 32,5 TR no térreo e 32 TR no primeiro pavimento, num total de 88 TR, equivalentes a 1.056.000 BTU/h, além de sistema de ventilação e renovação de ar com 36 unidades (pág. 105). A sigla TR, tonelada de refrigeração, mede capacidade térmica, e não área. O mesmo atestado registra passarela metálica de 24,75 m² para suporte dos ventiladores de exaustão e das condensadoras do ar-condicionado (pág. 101). Tudo isso foi executado na obra de 7.315 m² (pág. 98).


- **CLIMATIZAÇÃO.**

a) Execução de Infraestrutura e instalação de sistema de ar condicionado central (VRF):
Subsolo: 23,5 TRs; térreo: 32,5 TRs; 1°Pavimento: 32 TRs Total = 88 TRs, que corresponde à 1.056.000BTUs

b) Instalação de sistema de ventilação e renovação de ar: Total = 36 ud

Figura 15. Atestado do ICL em nome da Milano, título "Climatização", com sistema central VRF de 88 TR distribuído por três pavimentos e sistema de ventilação e renovação de ar com 36 unidades (Envelope nº 02, pág. 105 do PDF).

Combinado com a área de 7.315 m² do mesmo atestado, o recorte comprova sistema HVAC executado em obra superior a 4.000 m². Não comprova, nem precisa comprovar, climatização de 7.315 m².

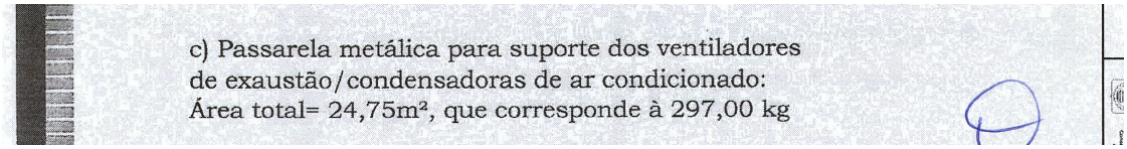

c) Passarela metálica para suporte dos ventiladores de exaustão/condensadoras de ar condicionado:
Área total= 24,75m², que corresponde à 297,00 kg

Figura 16. Passarela metálica de 24,75 m² para suporte dos ventiladores de exaustão e das condensadoras de ar-condicionado (Envelope nº 02, pág. 101 do PDF).

Contrarrazões. A recorrida demonstra, com acerto, que o edital distingue a medida da obra e a medida do serviço. Os itens 9.5.1.b, 9.5.1.c e 9.5.1.e medem a obra, enquanto o item 9.5.1.f, ao tratar do porcelanato, mede o serviço executado. Quando quis medir o serviço, o edital o disse expressamente (contrarrazões, págs. 13 e 14). Também procede a observação de que o despacho do Tribunal de Contas do Estado do Paraná transcrito no recurso examinou o edital da Concorrência Pública Presencial nº 005/2025, instrumento anterior (contrarrazões, pág. 4). Não se acolhe, contudo, a

afirmação de que a referência a "subsolo, térreo e 1º pavimento" indicaria apenas a localização das unidades condensadoras e de que o sistema atenderia a toda a edificação (pág. 13). O atestado especifica a capacidade por pavimento e não declara essa distribuição. A afirmação é, de todo modo, desnecessária para a conclusão.

Resultado. A redação do item reúne três elementos, o atestado, a execução de sistema de ar-condicionado e uma obra com pelo menos 4.000 m². A locução "em obra com área mínima" qualifica a obra, e não a área climatizada, que o edital não menciona. Os três elementos estão presentes. Esta decisão não converte toneladas de refrigeração em metros quadrados nem atribui ao sistema a área total do edifício. Afirma apenas que o sistema foi executado em obra de 7.315 m², que é o dado exigido. O exemplo hipotético de um único aparelho split em uma sala não corresponde ao caso, que envolve sistema central VRF de 88 TR em três pavimentos de edificação hospitalar, com ventilação e renovação de ar. A ausência de UTAs não justifica a inabilitação, porque o item não as exige. As características do sistema a ser instalado na Clínica de Quimioterapia, inclusive as UTAs, integram o objeto e serão exigidas na execução, mas não se confundem com requisito de habilitação. Se a recorrente entendia necessárias exigências mais rigorosas, o meio próprio era a impugnação do edital no prazo do item 4.1. Pela mesma razão, fica indeferida a diligência sobre a área climatizada, informação irrelevante para o requisito tal como redigido. **O item 9.5.1.e está atendido.**

5. Gases medicinais (item 9.5.1.d)

Alegação. O tema não é desenvolvido no corpo do recurso. No quadro anexo, a Termale classifica o item como "parcial", porque a expressão "gases medicinais (especiais)" não permitiria aferir se o sistema executado inclui oxigênio, óxido nitroso e ar comprimido (recurso, pág. 21).

Edital. O item 9.5.1.d exige "atestado comprovando execução de sistema de gases medicinais (O2, N2O, ar comprimido) em ambiente hospitalar". Não pede CAT, ART nem quantidade mínima.

Documentos. O atestado inclui, entre os serviços executados pela Milano, as "Instalações de Gases medicinais (especiais)", com "instalação de rede de gases

oxidantes e inertes" em extensão total de 950,0 m (pág. 104), dado confirmado pelo laudo técnico, item 11.7.5 (pág. 8). A rede foi instalada no edifício de saúde de nove pavimentos já descrito (pág. 98).

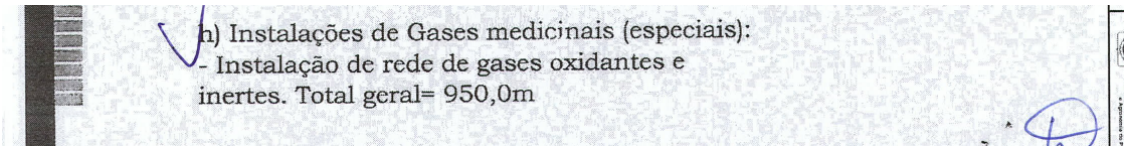

h) Instalações de Gases medicinais (especiais):
- Instalação de rede de gases oxidantes e inertes. Total geral= 950,0m

Figura 17. Atestado do ICL em nome da Milano, com instalação de rede de gases medicinais oxidantes e inertes, total geral de 950,0 m (Envelope nº 02, pág. 104 do PDF).
O recorte demonstra a execução de rede de gases medicinais em ambiente hospitalar.

Contrarrazões. A recorrida afirma que a rede compreende oxigênio medicinal, óxido nitroso e ar comprimido medicinal (contrarrazões, pág. 15). Essa identificação nominal não consta do atestado e não é adotada como fato nesta decisão, que chega à mesma conclusão pela leitura do próprio item.

Resultado. O item visa aferir experiência na execução de sistema de gases medicinais em ambiente hospitalar. A indicação entre parênteses identifica o tipo de sistema e não impõe prova separada para cada gás, exigência que o texto não contém. Além disso, a expressão do atestado abrange os três gases. O oxigênio e o óxido nitroso são gases oxidantes, e o ar comprimido medicinal, por conter oxigênio, também é comburente. A menção a gases inertes indica rede mais ampla do que a mínima. Exigir que o atestado nomeasse cada gás seria formalismo vedado pelo art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e contrário aos itens 28.2 e 28.5 do edital. **O item 9.5.1.d está atendido.**

6. Registro no CREA, capacidade técnico-profissional e atribuições (itens 9.5.1.a e 9.5.2)

Alegação. A Termale sustenta que a certidão do CREA da Milano restringe as atividades da empresa às atribuições de seu único responsável técnico, engenheiro civil, e que não houve indicação de profissional com atribuições para climatização, gases medicinais e elevadores. Pergunta quem responderá tecnicamente por esses sistemas e junta resposta do CREA-PR segundo a qual as instalações de gases medicinais extrapolam as atribuições do engenheiro civil (recurso, págs. 13 a 16, 21, 23 e 36).

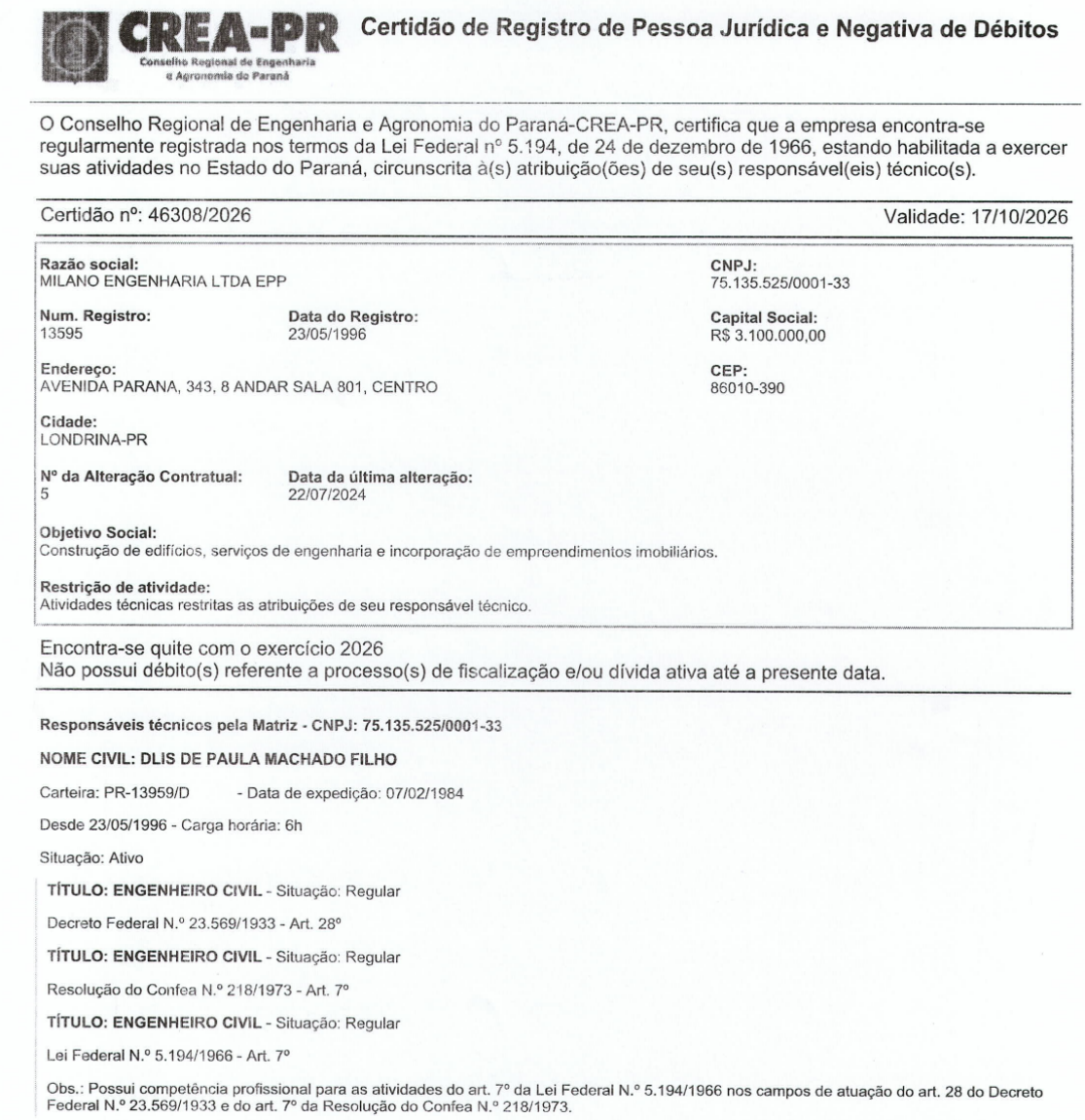
Edital. O item 9.5.1.a exige registro da empresa no CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede. O item 9.5.2.a exige que a licitante disponha de profissional de nível superior registrado, detentor de CAT acompanhada de atestado que comprove a responsabilidade técnica pela construção, ampliação ou reforma de EAS executada conforme a RDC ANVISA nº 50/2002, com vínculo demonstrado por forma admitida em lei. O item 9.5.2.b exige a indicação formal do responsável técnico, com termo de aceitação assinado por ele. Já o item 20.1, alínea "j", obriga a contratada a registrar a ART dos serviços na execução.

> 9.5.2. Capacidade Técnico-Profissional:
> **a)** Comprovação de que o licitante dispõe, na data da apresentação da proposta, de profissional(is) de nível superior legalmente habilitado(s) e registrado(s) no CREA e/ou CAU, detentor(es) de **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, acompanhada do respectivo atestado de capacidade técnica, que comprove a responsabilidade técnica pela execução de **obra similar ao objeto licitado**, consistente na construção, ampliação ou reforma de **Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS)**, executada em conformidade com a **RDC ANVISA nº 50/2002**, devendo o vínculo com o licitante ser comprovado por uma das formas admitidas pela legislação vigente.
> b) Declaração formal de indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) pela execução da obra, acompanhada de termo de aceitação assinado pelo(s) próprio(s), comprometendo-se a permanecer vinculado(s) à execução contratual durante toda a vigência da obra, ressalvada sua substituição por profissional de qualificação técnica igual ou superior, previamente aprovada pela HONPAR.

Figura 18. Item 9.5.2 do edital, alíneas "a" e "b", com os requisitos de capacidade técnico-profissional (edital, pág. 13 do PDF).

O item exige profissional com CAT de obra similar em EAS e a indicação do responsável técnico, sem prever profissional por disciplina.

Documentos. A Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 46308/2026, válida até 17/10/2026, comprova que a Milano está registrada no CREA-PR desde 23/05/1996, com objeto de construção de edifícios e serviços de engenharia, sem débitos e com o Eng. Dlis como responsável técnico (pág. 1). O Eng. Dlis, registrado sob nº PR-13959/D (pág. 107), é titular da CAT nº 5709/2020, relativa à construção da unidade hospitalar de nove pavimentos e 7.315 m² (págs. 96 a 106). O atestado e o laudo descrevem edifício para fins de saúde, com acabamentos "específicos e requeridos por edificações para fins de saúde" (pág. 3), argamassa baritada, visor plumbífero e portas com aplicação de chumbo (págs. 100 e 102), elementos característicos de EAS. O vínculo com a Milano é societário e técnico, pois ele é o único sócio e administrador da empresa (págs. 46 a 52) e seu responsável técnico desde 1996.



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 46308/2026 — Validade: 17/10/2026

Razão social: MILANO ENGENHARIA LTDA EPP
CNPJ: 75.135.525/0001-33
Num. Registro: 13595
Data do Registro: 23/05/1996
Capital Social: R$ 3.100.000,00
Endereço: AVENIDA PARANA, 343, 8 ANDAR SALA 801, CENTRO
CEP: 86010-390
Cidade: LONDRINA-PR
Nº da Alteração Contratual: 5
Data da última alteração: 22/07/2024
Objetivo Social: Construção de edifícios, serviços de engenharia e incorporação de empreendimentos imobiliários.
Restrição de atividade: Atividades técnicas restritas as atribuições de seu responsável técnico.

Encontra-se quite com o exercício 2026
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 75.135.525/0001-33

NOME CIVIL: DLIS DE PAULA MACHADO FILHO

Carteira: PR-13959/D - Data de expedição: 07/02/1984

Desde 23/05/1996 - Carga horária: 6h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Figura 19. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 46308/2026 do CREA-PR, com validade até 17/10/2026, registro desde 23/05/1996 e responsável técnico Dlis de Paula Machado Filho (Envelope nº 02, pág. 1 do PDF).

O documento comprova o registro exigido pelo item 9.5.1.a. A cláusula de restrição às atribuições do responsável técnico disciplina o exercício das atividades na execução.

A declaração de 15/09/2026 que indica o Eng. Dlis como responsável técnico pela execução foi assinada por ele próprio, que reúne as qualidades de administrador da licitante e de profissional indicado, e vale ao mesmo tempo como indicação e como aceitação (pág. 93). A proposta também o aponta como responsável técnico (Envelope nº 01, pág. 1). O engenheiro eletricista Mauro Yukio Katuki, com as atribuições dos arts. 8º e 9º da Resolução Confea nº 218/1973 (pág. 45), está vinculado à Milano por contrato de prestação de serviços e assunção de responsabilidade técnica firmado em

18/06/2026, antes da sessão, com prazo de quatro anos e obrigação de emitir ART de todas as atividades (págs. 37 a 39), e declarou que será responsável técnico pela execução (pág. 92). O CNPJ grafado no bloco de assinaturas desse contrato, "75.165.525/0001-33", é erro de digitação, pois o preâmbulo traz o número correto.



MILANO engenharia

CNPJ 75.135.525/0001-33
INSC. EST. 905.521.99.39
CREA-PR 13.595-F
CMC 105.679-4

Av. Panamá, 343 - sala 801
86010-390 - Londrina - PR
43 3329-4447
milano@milanoengenharia.com.br
www.milanoengenharia.com.br

DECLARAÇÃO REFERENTE AO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Declaro para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que o engenheiro Dlis de Paula Machado Filho, Crea-Pr 13.959/D, cujo acervo técnico foi apresentado como comprovação da qualificação técnica da empresa MILANO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.135.525/0001-33, será o responsável técnico pela execução do objeto do Edital de Concorrência Presencial nº 002/2026.

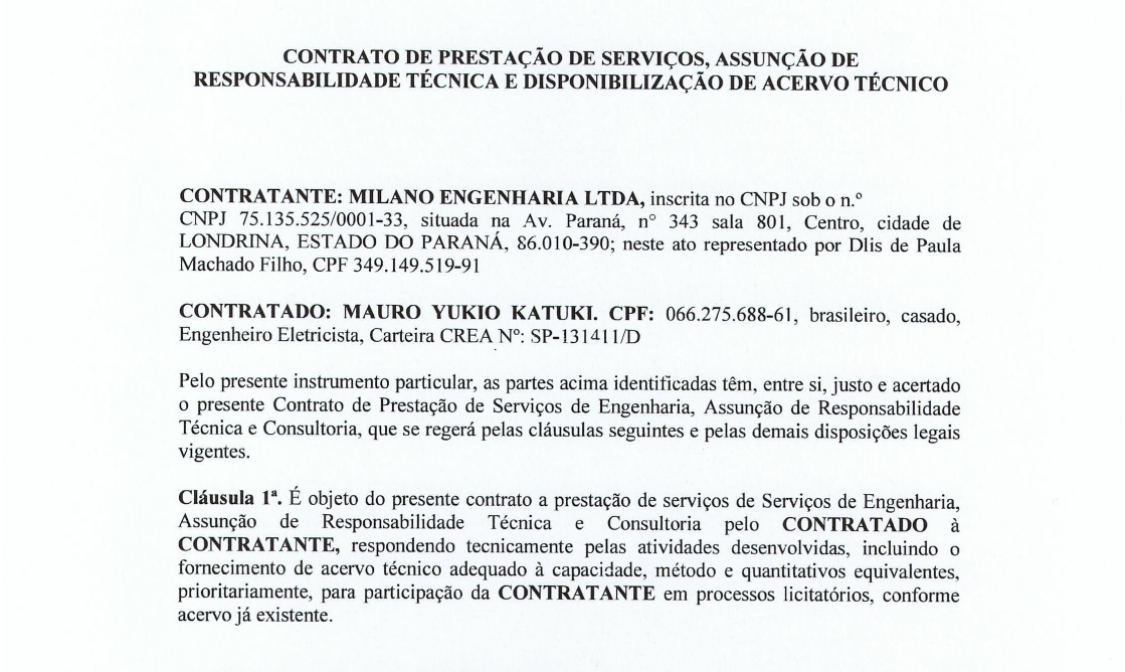
Londrina, 15 de setembro de 2026.

DLIS DE PAULA MACHADO FILHO:34914951991

Assinado de forma digital por DLIS DE PAULA MACHADO FILHO:34914951991
Dados: 2026.09.15 10:05:12 -03'00'

MILANO ENGENHARIA LTDA
DLIS DE PAULA MACHADO FILHO
ENG.º CIVIL CREA-PR 13.959/D
CPF: 349.149.519-91

Figura 20. Declaração de 15/09/2026 que indica o Eng. Dlis de Paula Machado Filho como responsável técnico pela execução do objeto, assinada por ele (Envelope nº 02, pág. 93 do PDF).
O documento reúne a indicação pela licitante e a aceitação pelo profissional.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E DISPONIBILIZAÇÃO DE ACERVO TÉCNICO

CONTRATANTE: MILANO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º CNPJ 75.135.525/0001-33, situada na Av. Paraná, nº 343 sala 801, Centro, cidade de LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, 86.010-390; neste ato representado por Dlis de Paula Machado Filho, CPF 349.149.519-91

CONTRATADO: MAURO YUKIO KATUKI. CPF: 066.275.688-61, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, Carteira CREA Nº: SP-131411/D

Pelo presente instrumento particular, as partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia, Assunção de Responsabilidade Técnica e Consultoria, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas demais disposições legais vigentes.

Cláusula 1ª. É objeto do presente contrato a prestação de serviços de Serviços de Engenharia, Assunção de Responsabilidade Técnica e Consultoria pelo **CONTRATADO** à **CONTRATANTE,** respondendo tecnicamente pelas atividades desenvolvidas, incluindo o fornecimento de acervo técnico adequado à capacidade, método e quantitativos equivalentes, prioritariamente, para participação da **CONTRATANTE** em processos licitatórios, conforme acervo já existente.

Figura 21. Contrato de prestação de serviços, assunção de responsabilidade técnica e disponibilização de acervo técnico entre a Milano e o Eng. Mauro Yukio Katuki (Envelope nº 02, pág. 37 do PDF).
O contrato, de 18/06/2026, demonstra vínculo profissional anterior à sessão. Não transfere à Milano o acervo operacional de obras executadas por outras empresas.

Contrarrazões. A recorrida sustenta que o item 9.5.2.a seguiu o modelo do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que pede profissional com CAT de obra semelhante, e não um profissional por disciplina. Lembra que as perguntas da recorrente sobre quem responde por cada sistema têm resposta no próprio edital, pois responde o profissional habilitado que registrar a ART de cada serviço (item 20.1, alínea "j"), com possibilidade de substituição por profissional de qualificação igual ou superior (item 9.5.2.b e art. 67, § 6º). Invoca a Súmula TCU nº 272, que veda exigências de habilitação que imponham custos desnecessários antes da celebração do contrato, e observa que a consulta do CREA-PR juntada pela recorrente data de 05/10/2022, foi formulada por terceiro sobre situação genérica e trata de questão de execução (contrarrazões, págs. 4 e 16 a 18). Os argumentos procedem.

Resultado. O registro exigido pelo item 9.5.1.a está comprovado. A cláusula de restrição às atribuições do responsável técnico é padrão nas certidões do CREA-PR e regula o exercício das atividades, e não a existência do registro. Os requisitos do item 9.5.2 estão atendidos pelo Eng. Dlis. A tese de que seria necessário um profissional por disciplina não encontra apoio no edital, que pede profissional com CAT de obra similar

em EAS. O art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 limita as exigências às parcelas de maior relevância definidas no edital, e o edital não definiu parcela profissional específica para climatização, gases medicinais ou elevadores. Exigir agora engenheiro mecânico ou de outra modalidade seria criar requisito depois de abertos os envelopes. Isso não torna irrelevantes as atribuições profissionais. Elas são exigência da execução, e não da habilitação. Cada serviço deverá ser anotado em ART por profissional legalmente habilitado para aquela modalidade (Lei nº 6.496/1977 e item 20.1, alínea "j", do edital). A mensagem do CREA-PR de 2022 apenas confirma que as instalações de gases medicinais devem ser executadas sob responsabilidade de profissional habilitado, o que será exigido na execução. Como as atribuições dos profissionais já estão certificadas pelo CREA-PR nos autos (págs. 1, 45 e 107) e a divergência diz respeito ao alcance do item 9.5.2, fica indeferida a diligência junto ao Conselho. **Os itens 9.5.1.a, 9.5.2.a e 9.5.2.b estão atendidos.**

7. Certidão Simplificada da JUCEPAR (itens 9.2 e 9.3.1)

Alegação. A Termale aponta que a Certidão Simplificada da JUCEPAR foi emitida em 06/01/2026, mais de 90 dias antes da sessão de 16/09/2026, e invoca o item 9.3.1 do edital (recurso, págs. 16 e 17).

Edital. O item 9.2, que trata da habilitação jurídica, exige o registro empresarial, o contrato social em vigor, devidamente registrado, e as alterações contratuais ou a consolidação vigente. Não exige certidão simplificada da Junta Comercial. O item 9.3.1 está inserido no item 9.3, dedicado à regularidade fiscal, social e trabalhista, e dispõe que as certidões sem prazo de validade expresso serão aceitas se emitidas há no máximo 90 dias.

constitutivo equivalente previsto na legislação vigente;
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos documentos de eleição dos atuais administradores em caso de sociedade por ações;
c) Decreto de autorização, quando exigível, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, em se tratando de sociedade empresária estrangeira autorizada a funcionar no País.
d) Os documentos constitutivos deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da respectiva consolidação vigente, quando aplicável.

9.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista
a) Prova de inscrição no CNPJ;
b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela RFB/PGFN, abrangendo as contribuições previdenciárias;
c) Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
d) Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal da sede do licitante;
e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da CLT.
9.3.1. As certidões que não contiverem prazo de validade expresso serão aceitas se emitidas há, no máximo, 90 (noventa) dias da data de apresentação dos documentos de habilitação, salvo disposição legal ou regulamentar específica em sentido diverso.
9.3.2. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista poderá ser realizada mediante consulta

Figura 22. Final do item 9.2 e item 9.3 do edital, com o prazo de 90 dias do item 9.3.1 situado na seção de regularidade fiscal, social e trabalhista (edital, pág. 12 do PDF).
O recorte confirma a localização da regra dos 90 dias e a exigência específica de consolidação societária.

Documentos. A certidão simplificada foi de fato emitida em 06/01/2026, 253 dias antes da sessão (pág. 46). O envelope contém, porém, a Quinta Alteração do Ato Constitutivo com Consolidação, de 01/07/2024, que é o documento exigido pelo item 9.2 (págs. 47 a 53). A vigência desse contrato consolidado é confirmada por documentos contemporâneos à sessão. A certidão do CREA-PR emitida em 20/04/2026 indica a alteração contratual nº 5, de 22/07/2024, como a mais recente (pág. 1), data que coincide com o último arquivamento registrado pela JUCEPAR, nº 20245276041, de 22/07/2024, relativo à consolidação do contrato (pág. 46). O comprovante de inscrição no CNPJ emitido em 24/08/2026 mantém os mesmos dados cadastrais (pág. 54).



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: MILANO ENGENHARIA LTDA
NIRE : 41600031474
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada
Protocolo: PRC2600017298

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
41600031474	75.135.525/0001-33	14/11/1980	01/11/1980

Endereço Completo
Avenida Paraná, Nº 343, ANDAR 8;SALA 801;, Centro - Londrina/PR - CEP 86010-390

Objeto Social
CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS; SERVIÇOS DE ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS.

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais)	EPP (Empresa de Pequeno Porte)	Indeterminado

Capital Integralizado
R$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais)

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
DLIS DE PAULA MACHADO FILHO	349.149.519-91	R$ 3.100.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
DLIS DE PAULA MACHADO FILHO	349.149.519-91	

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos	Situação
22/07/2024	20245276041	002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	ATIVA

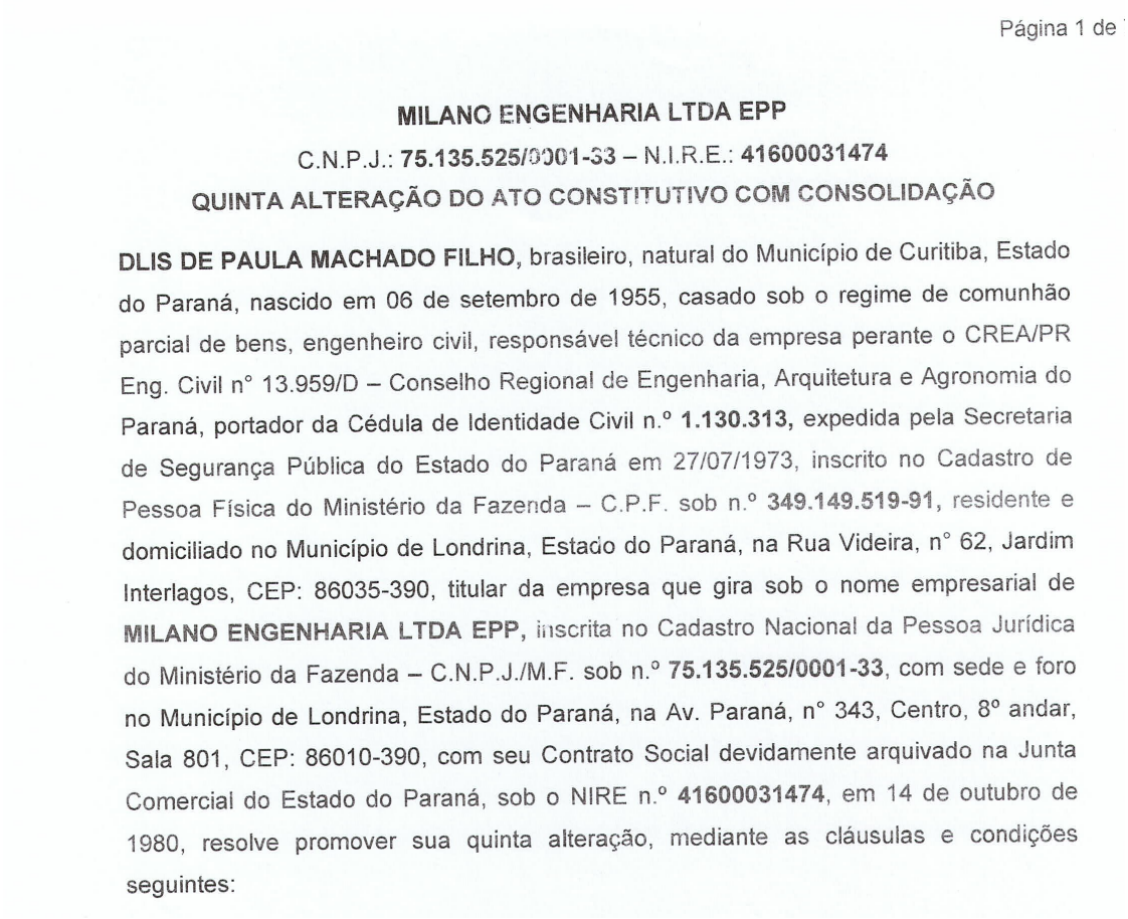
Status
SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 06/01/2026, às 09:32:29 (horario de Brasilia).
Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.empresafacil.pr.gov.br, com o código JKLHOKEX.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário-Geral

Figura 23. Certidão Simplificada da JUCEPAR emitida em 06/01/2026, com o último arquivamento em 22/07/2024, nº 20245276041, relativo à consolidação do contrato (Envelope nº 02, pág. 46 do PDF).

A crítica quanto à data de emissão é faticamente correta, mas esse não é o documento exigido pelo item 9.2.



Página 1 de

MILANO ENGENHARIA LTDA EPP

C.N.P.J.: **75.135.525/0001-33** – N.I.R.E.: **41600031474**

QUINTA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO COM CONSOLIDAÇÃO

DLIS DE PAULA MACHADO FILHO, brasileiro, natural do Município de Curitiba, Estado do Paraná, nascido em 06 de setembro de 1955, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, responsável técnico da empresa perante o CREA/PR Eng. Civil n° 13.959/D – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil n.º **1.130.313,** expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em 27/07/1973, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – C.P.F. sob n.º **349.149.519-91,** residente e domiciliado no Município de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Videira, n° 62, Jardim Interlagos, CEP: 86035-390, titular da empresa que gira sob o nome empresarial de **MILANO ENGENHARIA LTDA EPP,** inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – C.N.P.J./M.F. sob n.º **75.135.525/0001-33**, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná, na Av. Paraná, n° 343, Centro, 8º andar, Sala 801, CEP: 86010-390, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE n.º **41600031474**, em 14 de outubro de 1980, resolve promover sua quinta alteração, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Figura 24. Primeira página da Quinta Alteração do Ato Constitutivo com Consolidação da Milano Engenharia Ltda. EPP, de 01/07/2024 (Envelope nº 02, pág. 47 do PDF).
Com as demais páginas, de 48 a 53, documenta a habilitação jurídica exigida pelo item 9.2.

Contrarrazões. A recorrida sustenta que a regra dos 90 dias se aplica às certidões da seção fiscal e não à certidão simplificada, documento de natureza cadastral (contrarrazões, pág. 19). O argumento procede. As contrarrazões informam ainda a juntada de certidão simplificada atualizada (págs. 19 e 21), mas o arquivo recebido tem 21 páginas e contém esse. A conclusão desta decisão não depende desse documento.

Resultado. O item 9.3.1 rege as certidões de regularidade do item 9.3 e não se aplica a documento de habilitação jurídica que o edital sequer exige. Um documento apresentado além do necessário não se converte em requisito nem pode, pela sua data, justificar a inabilitação. O requisito do item 9.2 está cumprido pelo contrato social consolidado. **A alegação é improcedente.**

8. Motivação da decisão tomada em sessão e acesso à gravação

Motivação. A recorrente afirma que a ata registrou a habilitação de forma genérica, com a expressão "em primeiro momento", sem examinar os questionamentos apresentados (recurso, págs. 1 a 3).Na sessão presencial, a habilitação é decidida em ato contínuo, e a Lei nº 14.133/2021 reserva ao recurso o espaço próprio para que as objeções sejam deduzidas e decididas de forma fundamentada (art. 165). O recurso devolve a esta Presidência o exame integral da matéria. Ao enfrentar cada alegação, com indicação do documento, da página e do item do edital, esta decisão completa a motivação do ato recorrido e atende ao pedido subsidiário da recorrente. Não houve prejuízo à Termale, que teve acesso aos documentos da Milano publicados no Portal da Transparência e apresentou recurso extenso e detalhado.

Gravação. O pedido de acesso à gravação tem natureza diferente do pedido de inabilitação e recebe tratamento próprio. A forma presencial de licitação só é admitida com registro da sessão em ata e gravação em áudio e vídeo, e a gravação deve ser juntada aos autos (art. 17, §§ 2º e 5º, da Lei nº 14.133/2021). O edital repete essa obrigação nos itens 1.4 e 7.3 (edital, págs. 3 e 10). A captura de tela apresentada pela recorrente mostra que, em 21/09/2026, às 17h38, o Portal da Transparência exibia o edital, a ata, a retificação da ata e os envelopes da Milano, mas não a gravação (recurso, pág. 2).

> 7.3. A sessão pública será integralmente registrada em ata circunstanciada e gravada em áudio e vídeo, nos termos do art. 17, §5º, da Lei nº 14.133/2021, ficando a gravação arquivada nos autos do processo administrativo.

Figura 25. Item 7.3 do edital, que determina o registro da sessão em ata e sua gravação integral em áudio e vídeo, com arquivamento nos autos (edital, pág. 10 do PDF).

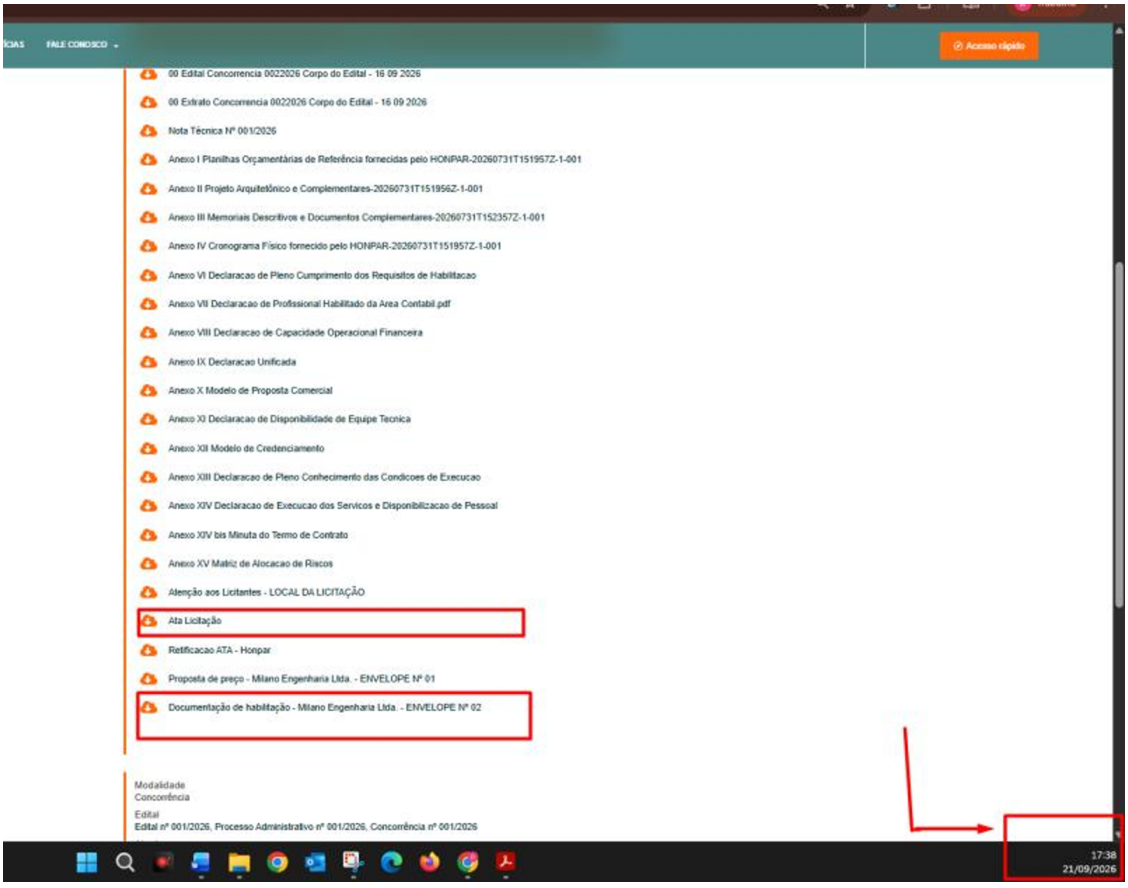


Figura 26. Captura de tela do Portal da Transparência da HONPAR, de 21/09/2026, às 17h38, apresentada pela recorrente (recurso, pág. 2 do PDF).

A listagem exibe o edital, a ata, a retificação da ata e os envelopes da Milano, sem a gravação da sessão.

O pedido procede, e as providências estão fixadas no dispositivo. O seu acolhimento, contudo, não interfere no julgamento da habilitação, que se baseia apenas nos documentos escritos do Envelope nº 02, acessíveis à recorrente desde a sua publicação.

IV. CONCLUSÃO

O exame de cada alegação, à luz das contrarrazões, conduz às seguintes conclusões.

1. A experiência operacional da Milano está demonstrada por atestado emitido em seu próprio nome pelo Instituto de Câncer de Londrina, relativo a edifício hospitalar de 7.315 m², registrado na CAT nº 5709/2020. Esse atestado comprova a obra similar em EAS (item 9.5.1.b) e o piso em porcelanato de 4.226,87 m² (item 9.5.1.f).

2. As instalações elétricas exigidas pelo item 9.5.1.c estão comprovadas pela leitura conjunta do atestado da Milano, que descreve subestação, quadros gerais e ramais redundantes na obra de 7.315 m², da CAT nº 5709/2020 e da ART de engenheiro eletricista nº 20131082584, substituída pela ART nº 1720264406269, relativa à mesma subestação. A CAT nº 1720230001743 não foi considerada, e a soma de áreas proposta nas contrarrazões não foi acolhida.

3. A gestão da instalação de cinco elevadores, quatro deles de leito e de maca, declarada pelo contratante como serviço executado pela Milano em EAS, atende ao item 9.5.1.g, que admite execução ou instalação.

4. O item 9.5.1.e mede a área da obra, e não a área climatizada. O sistema central VRF de 88 TR, com ventilação e renovação de ar, foi executado em obra de 7.315 m².

5. A rede de gases medicinais oxidantes e inertes de 950 m, executada em edifício hospitalar, atende ao item 9.5.1.d.

6. O registro no CREA-PR atende ao item 9.5.1.a, e o Eng. Dlis de Paula Machado Filho atende aos itens 9.5.2.a e 9.5.2.b. As atribuições por disciplina serão exigidas na execução, por meio das ARTs.

7. O contrato social consolidado atende ao item 9.2, e o prazo do item 9.3.1 não se aplica à certidão simplificada.

8. As diligências requeridas são desnecessárias, porque os fatos relevantes constam dos autos e as divergências restantes são de interpretação do edital. O pedido de acesso à gravação, que não interfere na habilitação, é acolhido.

V. DISPOSITIVO

Diante do exposto, com fundamento nos arts. 5º, 12, inciso III, 17, §§ 2º e 5º, 64, 67 e 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicáveis por força do edital, e nos itens 9.2, 9.5.1, 9.5.2, 10.3, 28.2, 28.3 e 28.5 do edital, **DECIDO**

1. Conhecer do recurso administrativo interposto pela TERMALE LTDA. e receber as contrarrazões apresentadas pela MILANO ENGENHARIA LTDA.

2. Quanto ao pedido de inabilitação, **negar provimento ao recurso** e manter a decisão que declarou **HABILITADA** a MILANO ENGENHARIA LTDA. na Concorrência Presencial nº 002/2026.

3. Indeferir os pedidos de diligência sobre a área climatizada e junto ao CREA-PR e julgar prejudicado o pedido subsidiário de diligência formulado nas contrarrazões.

4. Quanto ao pedido de acesso à gravação audiovisual da sessão de 16/09/2026, **acolhê-lo** e determinar ao Agente de Contratação que junte a íntegra da gravação aos autos, certifique sua integridade e duração e a disponibilize no Portal da Transparência da HONPAR ou, se o tamanho do arquivo o impedir, forneça cópia digital às licitantes que a solicitarem, lavrando certidão nos autos.

6. Registrar que as ARTs de cada disciplina da obra, inclusive das instalações elétricas, de climatização, de gases medicinais e de elevadores, deverão ser apresentadas por profissionais legalmente habilitados antes do início dos respectivos serviços, conforme o item 20.1, alínea "j", do edital, o que será fiscalizado na execução contratual.

7. Intimar a recorrente e a recorrida desta decisão pelo endereço eletrônico indicado nos autos, com publicação no Portal da Transparência da HONPAR e no PNCP, e assegurar às licitantes vista integral dos autos, inclusive da gravação, nos termos do art. 165, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

8. Após as intimações e o decurso dos prazos, devolver os autos ao Agente de Contratação para prosseguimento do certame, com a apresentação da planilha ajustada ao valor final prevista no item 8.5 do edital e, em seguida, adjudicação e homologação na forma do art. 71 da Lei nº 14.133/2021 e do item 11.1 do edital.

Arapongas/PR, 6 de outubro de 2026.

UMBERTO TOLARI:28150163972

Assinado de forma digital por UMBERTO TOLARI:28150163972
Dados: 2026.10.06 17:12:03 -03'00'

UMBERTO TOLARI

Presidente

Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer (HONPAR)

Autoridade superior

(item 10.3 do edital)